



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTE
CURSO DE HISTÓRIA - LICENCIATURA

ILVANE JOVENTINA DA COSTA SANTOS

VESTÍGIO DE UM FORTE:
um contexto histórico de Porto Calvo e sua memória patrimonial

MACEIÓ

2022

ILVANE JOVENTINA DA COSTA SANTOS

VESTÍGIO DE UM FORTE:

um contexto histórico de Porto Calvo e sua memória patrimonial

Monografia apresentada à coordenação do curso de história como pré-requisito para obtenção do grau de licenciado em História pela Universidade Federal de Alagoas.

Orientador (a): Prof. José Roberto Santos Lima.

MACEIÓ

2022

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Biblioteccária: Taciana Sousa os Santos - CRB-4 - 2062

S237v Santos, Ilvane Joventina da Costa.
Vestígio de um forte: um contexto histórico de Porto Calvo e sua memória patrimonial / Ilvane Joventina da Costa Santos. – 2022.
89 f. : il. color.

Orientador: José Roberto Santos Lima.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História: Licenciatura)
– Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas,
Comunicação e Artes. Maceió, 2022.

Bibliografia: f. 84-87.
Anexo: f. 88-89.

1. História de Alagoas. 2. Porto Calvo (AL). 3. Patrimônio cultural -
Preservação. I. Título.

CDU: 981.35

Dedico a todos que acreditam no meu potencial. Dedico aos meus pais, Ivan da Costa Santos e Ilda Joventina Santos, a minha avó Lina que sempre perguntou como estava indo o curso. Dedico aos envolvidos na minha pesquisa e a minha cidade, Porto Calvo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus o ser que me sustentou de pé até o presente momento, me deu forças e guia para continuar essa jornada até o fim. “Até aqui nos ajudou o Senhor.” (1 Samuel 7:12).

Agradeço aos meus pais, Ilda e Ivan por sempre acreditarem em mim mesmo nos meus momentos de fragilidade, tem mostrado sempre o amor deles para mim, meu lar de repouso. Também ao meu tio Ivo por inicialmente ter me acolhido em sua casa, ao meu tio Iranildo por sempre estar disponível para ouvir minhas reclamações e "delírios" acadêmicos.

E ao meu professor e orientador José Roberto, querido por muitos alunos, não é por acaso, que ele é um grande mestre, que sempre foi muito presente no meu desenvolvimento acadêmico realizando sempre com sabedoria um bom trabalho, e não foi diferente agora, mesmo com tantos trabalhos para orientar não negou meu pedido de socorro e orientou a minha monografia, sou extremamente e eternamente grata, e o respeito muito. E a Amélia, muito querida, obrigada por todo apoio.

Agradeço aos colegas que conheci ao longo dos períodos do curso e aos momentos de levezas que eles me proporcionaram, ao Márcio por ter me ajudado agora no final do curso, lembrando-me sempre de finalizar meu TCC com humor, leveza e fé. Terminamos essa etapa tão importante em nossa vida acadêmica.

Ao representante da coordenação do curso de História Henrique Leite que sempre desempenhou um bom trabalho e esteve sempre presente para atender meus momentos de desesperos, e a todos os funcionários. Aos meus professores do curso que me ajudaram e foram compreensíveis.

Por fim, a todos que me apoiaram e sempre estiveram presentes em minha vida trazendo paz e leveza. Obrigada!

“Eu sou a dureza desses morros revestidos, enflorados, lascados a machado, lanhados, lacerados. Queimados pelo fogo. Pastados, calcinados e renascidos.”. CORALINA, Cora.

RESUMO

O presente texto trata inicialmente de colocar em pauta de modo geral a história de Porto Calvo e as raízes de seu desenvolvimento que ainda hoje é de suma importância para o local. Traz um levantamento sucinto da formação geográfica da cidade e de seu crescimento. Em suma, tem o objetivo de ressaltar a importância da preservação dos patrimônios culturais da cidade que ainda estão presentes na cidade, questionando e planejando métodos para o ideal coletivo cidadão de preservação serem aplicado e refletido. Em relação à metodologia, trata-se de uma pesquisa de Revisão Bibliográfica, na qual foram utilizados neste trabalho: livros e artigos científicos que fortalecerá a pesquisa; sites de jornais para analisar as inúmeras mudanças e práticas realizadas pela população portocalvense em relação ao patrimônio cultural. Além da pesquisa de campo para visitar a igreja e fazer uma entrevista. Como resultado da pesquisa, afirmamos que ela contribui para os conhecimentos referentes à história patrimonial da cidade de Porto Calvo cuja sua relevância é precisa para o enriquecimento cultural da região alagoana. Desta forma, este trabalho será de grande importância pela necessidade de pesquisas relacionadas ao contexto de patrimônio cultural em Alagoas já que, ainda em grande parcela, existe uma carência de pesquisas relacionadas à região de Porto Calvo. Com essa iniciativa será proporcionado uma abertura para a área de pesquisa voltada ao enredo patrimonial e ao acréscimo intelectual de novas documentações. Neste sentido, o trabalho irá atingir não somente o público acadêmico, mas a própria população da cidade e aos demais interessados na pesquisa histórica patrimonial de nossa região.

Palavras-chaves: Porto Calvo. Alagoas. História. Patrimônio.

ABSTRACT

This text initially deals with putting on the agenda in general the history of Porto Calvo and the roots of its development that is still of paramount importance for the place. It brings a succinct survey of the geographical formation of the city and its growth. In a sense, it aims to highlight the importance of preserving the cultural heritage of the city that are still present in the city, questioning and planning methods for the collective citizen ideal of preservation to be applied and reflected. Regarding the methodology, this is a bibliographic review research, in which were used in this work: books and scientific articles that will strengthen the research; newspaper sites to analyze the numerous changes and practices made by the population of Portocalvense in relation to cultural heritage. In addition to field research to visit the church and do an interview. As a result of the research, we affirm that it contributes to the knowledge related to the heritage history of the city of Porto Calvo whose relevance is necessary for the cultural enrichment of the Region of Alagoas. Thus, this work will be of great importance due to the need for research related to the context of cultural heritage in Alagoas since, still in a large part, there is a lack of research related to the region of Porto Calvo. With this initiative will be provided an opening for the research area focused on the patrimonial plot and the intellectual addition of new documentation. In this sense, the work will reach not only the academic public, but the population of the city itself and others interested in the historical heritage research of our region.

Keywords: Porto Calvo. Alagoas. History. Patrimony.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Rio Manguaba.....	14
Figura 2 - Engenho Escurial.....	29
Figura 3 - Igreja Nossa Senhora da Apresentação.....	53
Figura 4 - Igreja de Nossa Senhora da Apresentação.....	54
Figura 5 - Igreja Nossa Senhora da Apresentação: ALTAR-MOR.....	55
Figura 6 - Igreja De Nossa Senhora Da Apresentação: ALTAR-MOR.....	58
Figura 7 - Ruínas do Engenho São Jorge Dos Erasmo em São Paulo.....	61
Figura 8 - Engenho de Açúcar: Frans Post.....	62
Figura 9 - Ruínas do Escurial em Porto Calvo.....	66
Figura 10 - Capela que se encontra no engenho Escurial.....	67
Figura 11 - Forte Bass.....	70
Figura 12 - Memorial de Calabar localizado no Alto da Forca.....	75
Figura 13 - Porto Calvo: Desembarque de mercadorias.....	77
Figura 14 - Artefatos - Espaço Cultural Guedes de Miranda.....	78
Figura 15 - Moedas Holandesas.....	80
Figura 16 - Tacho para fabricação do açúcar.....	80
Figura 17 – Telefones.....	81
Figura 18 - Nichos Privados/ Particulares.....	81
Figura 19 - Frans Post. Porto Calvo.....	88
Figura 20- Porto Calvo: Engenho Água Fria.....	88
Figura 21 - Forte Brass. Porto Calvo conquistado pelas tropas holandesas.....	89
Figura 22 – População indígena – 2010.....	89

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Agricultura Porto Calvo.....	15
Tabela 2 - Porto Calvo: Diversidade Agrícola.....	16
Tabela 3 – PIB de Porto Calvo.....	17
Tabela 4 - Porto Calvo: Índice de Desenvolvimento Humano (%)	17
Tabela 5 - Porto Calvo: evolução da sua população.....	18
Tabela 6 - Porto Calvo: Educação.....	20
Tabela 7 - Porto Calvo: Saúde Pública 2008/9.....	20
Tabela 8 - Porto Calvo: Sítios Arqueológicos.....	21
Tabela 9 - Evolução dos Engenhos de açúcar em Alagoas.....	30
Tabela 10 - Brasil holandês: exportações de açúcar branco pela Cia. das Índias.....	37
Tabela 11 - Alagoas: Engenhos- Banguês.....	68
Tabela 12 - Porto Calvo: Usina Santana.....	68

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. CONTEXTO GERAL DE PORTO CALVO.....	13
2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO CALVO: ATÉ A SAÍDA DOS HOLANDESES DO BRASIL.....	21
3. O PATRIMÔNIO HISTÓRICO- CULTURAL DE PORTO CALVO.....	42
3.1 O RIO MANGUABA.....	50
3.2 A IGREJA DE NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO: HISTÓRIA E ARTE.....	51
3.3 OS ENGENHOS DE PORTO CALVO: UMA TENTATIVA DE SÍNTESE HISTÓRICA.....	60
3.4 O FORTE BASS.....	70
3.5 UM MEMORIAL À CALABAR.....	74
3.6 ESPAÇO CULTURAL GUEDES DE MIRANDA.....	77
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
5. REFERÊNCIAS.....	84
6. ANEXO A – Figuras.....	88

1. INTRODUÇÃO

O presente texto trata inicialmente de colocar em pauta de modo geral a história de Porto Calvo e as raízes de seu desenvolvimento que ainda hoje é de suma importância para o local. Traz um levantamento sucinto da formação geográfica da cidade e de seu crescimento.

Em relação à metodologia, trata-se de uma pesquisa de Revisão Bibliográfica, na qual foram utilizados neste trabalho: livros e artigos científicos que fortalecerá a pesquisa; sites de jornais para analisar as inúmeras mudanças e práticas realizadas pela população portocalvense em relação ao patrimônio cultural. Além da pesquisa de campo para visitar a igreja e fazer uma entrevista.

Tudo isso forneceu embasamento analítico para esta pesquisa. Também diversas bibliografias como de Manuel Diégues Júnior com seu livro *O Banguê nas Alagoas* (2006). O livro trata da presença dos engenhos de cana-de-açúcar e sua contribuição para o processo econômico da região alagoana, não só tratará da economia açucareira, mas também da presença holandesa e das oligarquias políticas da região.

Segundo Manuel Diegues Júnior, o povoamento do território iniciou-se ainda nos finais do século XVI a partir de três focos de povoamento iniciais: Porto Calvo, ao norte do estado, Alagoas do Sul, ao centro, e Penedo, ao extremo Sul. Os dois primeiros são organizados até hoje em torno da economia açucareira, e Penedo, em torno da pecuária, justamente pelo fracasso dos engenhos de cana-de-açúcar nesta região devido às cheias do Rio São Francisco, que destruíram as plantações. Sendo as três elevadas à categoria de vila na terceira década 75 do século XVII. Outro recurso de utilidade ideal será o uso de fontes estatísticas para explicar as mudanças sociais do local.

Sobre o olhar patrimonial, os autores Paulo Funari e Sandra Pelegrini, trazem a seguinte ideia de que “O Patrimônio Espiritual” seria uma interpretação da memória ancestral passada de geração a geração, que podemos ver em contos tradicionais de cada região, os costumes, danças, músicas, entre outros.

A esse sentido legal do termo, devemos acrescentar outro, não menos importante: o patrimônio espiritual. Quando pensamos no que recebemos de nossos antepassados, lembramo-nos não apenas dos bens materiais, mas também da infinidade de ensinamentos e lições de vida que eles nos deixaram. (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p. 10).

Porto Calvo ainda é um assunto bastante questionado e, de certa forma, polêmico em relação a patrimônio cultural, por todo o peso herdado de seus acontecimentos históricos que remeteu a riqueza de fatos tendo como contraponto a escassez de documentos oriundos do

período colonial e da falta de zelo sobre o patrimônio material que veio se esvaindo com as insanas práticas de assolamento em massa da própria população.

Todavia, não é algo impossível e inexistente, a avaliação do contexto patrimonial, por mais que seja nítido sua participação nos principais combates e a perda de identidade patrimonial. Ainda estamos constantemente sujeitos a descobertas de vestígios materiais em terras portocalvenses, como se tem provado a cada momento.

Perante o grande interesse sobre a temática patrimônio histórico-cultural, a pesquisa se estrutura em 3 capítulos, sendo o primeiro uma contextualização geral do município de Porto Calvo visando sua geografia; o segundo capítulo já se contextualiza a história de Porto Calvo em seu desenvolvimento econômico e social levando a redistribuição por haver uma debilidade mercantil do comércio oriental a coroa portuguesa muda sua estratégia e focaliza o continente explorado (o novo mundo) como mostrando as práticas canavieiras. Será apresentada no quarto e último capítulo, trato de colocar em pauta o princípio dessa pesquisa que é a análise do patrimônio cultural de Porto Calvo e seus vestígios.

Como sabemos há lacunas que devemos preencher, com organização e responsabilidade a preservação dos patrimônios históricos e culturais de Porto Calvo serão respeitados.

2. CONTEXTO GERAL DE PORTO CALVO

O município de Porto Calvo na sua atualidade é um dos mais antigos núcleos de povoamento do território alagoano que se localiza na mesorregião do leste alagoano e também na microrregião da zona da mata alagoana, limitando-se ao Norte com o município de Jacuípe, ao Sul com Porto de Pedras, a Leste com Maragogi e Japaratinga, e a Oeste com os municípios de Jundiá e Matriz de Camaragibe. Porto Calvo faz parte ainda da área da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) contribuindo para a sua preservação, apesar de há vários séculos aquela Mata ter sido derrubada, destruída em função do avanço.

Hoje Porto Calvo tem uma área geográfica de 260 km², distante cerca de 91 km da capital do estado, estando este município interligado com outros municípios vizinhos e estados das demais da federação brasileira pelas rodovias AL- 1001 Norte; AL- 413; AL- 105 e a AL 465.

Quanto a sua formação geográfica, Porto Calvo se localiza em sua parte a noroeste sobre as rochas intrusivas ácidas do maciço Pernambuco-Alagoas, constituídas por migmatitos (do magma que geralmente é expelido pelos vulcões) e granitos, ao passo que o restante do solo do município é constituído por rochas sedimentares da Bacia de Alagoas, cujo seu maior limite são as rochas cristalinas e as “falhas de gravidade”, cujas rochas sedimentares que afloram inclusive composta por solos de aluvião, que forma o Vale do Rio Manguaba, bastante carregado de argila (barro).

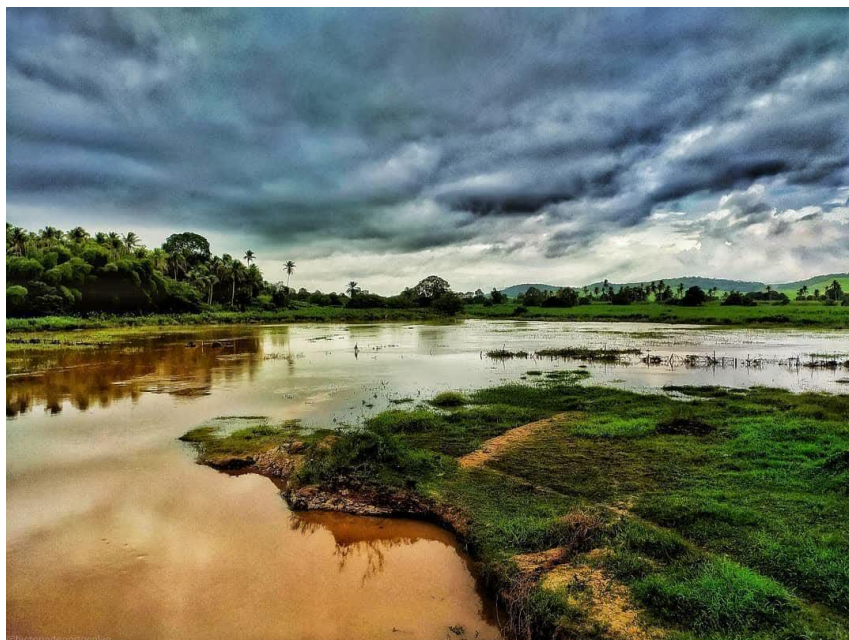
O relevo do município se compõe basicamente na sua maior parte por rochas cristalinas que cobrem a região colinosa dos “mares de morro”, depois vem a parte leste do citado município onde aparece a depressão oriental sobre as rochas sedimentares e nas áreas mais baixas de Porto Calvo destacam-se o seu tabuleiro costeiro e o vale do baixo curso do Rio Manguaba e seus afluentes.

O município de Porto Calvo tem um clima tropical quente e úmido com temperaturas superiores a 23 C° durante todo o ano, chegando a 26 C° de janeiro a março com duas estações bem diferenciadas: o verão e o inverno. A precipitação anual fica em torno de 1.400 a 1.500 mm, mesmo se sabendo do déficit hídrico, classificando-o como sendo um clima subsumido, dado a altitude do local e a presença marinha a influenciar na composição do seu clima à nível mais geral.

O município é banhado pelo rio que compõem a bacia do vale do Rio Manguaba no limite com os municípios de Porto de Pedras e as do Rio Salgado. O Rio Manguaba, como mostra na figura 1, tem uma área de abrangência de 792,71 Km² e um perímetro de 149,43

Km, segundo informa o geógrafo José Santino de Assis, com sua obra *Atlas Escolar-Alagoas: Estudo Geo-histórico e cultural* (2013).

Figura 1 - Rio Manguaba.



Fonte: Instagram. História de Porto Calvo (2021).

A vegetação ou a cobertura vegetal que se apresentava em Porto Calvo no início da sua criação colonial era todo aquele território coberto pela Atlântica, que foi quase por mais de 350 a 400 anos de sua história, aquela exuberante Mata Atlântica. Temos notícias da existência através de Luiz de Araújo Pereira em seu ensaio *Meio Natural Alagoano: Aspectos Históricos*, (1991/2, p. 134) da existência de uma série “de mata tropical oriental brasileira, conforme prefere chamar a professor Ivan Fernandes Lima fase a sua diversidade de espécies vegetais e animais albergavam”.

Uma mata em São José da Lage, outra em São Miguel dos Campos e outras em Poiuham, Camaragibe e Porto Calvo que tinham plantas que forneciam óleo, algumas medicinais, Jacarandá, Cedro, Pau-Brasil etc. Tatus, veados, capivaras, pacas, mutuns, macacos e aves de arribação (rolinhas e hamburguesas) além das temíveis jaguatiricas (gatos do mato) que são uma espécie de onça em tamanho menor (mais não significa que ela seja menos perigosa e fatal) nos seus ataques. (PEREIRA, 1991/2 p. 134-140).

Hoje, há em Porto Calvo apenas uma única área que faz parte da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) mas não sabemos se há algum projeto a nível local não só da

manutenção da antiga RBMA, mas também do seu reflorestamento, decampando os espaços perdidos frente ao avanço da cana de açúcar e do gado.

Os manguezais fazem parte da vegetação que se desenvolveu em torno do vale do Rio Manguaba e demais rios que cortam aquele município, contribuindo para o equilíbrio ambiental na região. É nele, nos manguezais, na troca simbólica entre água doce e água salgada que nascem, crescem e se desenvolvem dentro de um ambiente relativamente equilibrado onde se dá a criação de peixes, camarões, sururu e alguns povos crustáceos, para que se compreenda a importância sustentável dos manguezais para a biodiversidade da flora quanto da fauna.

Como Porto Calvo ainda é um município de feição tipicamente apícola ainda dependentes direta ou indiretamente do coletivo e beneficiamento da cana-de-açúcar, cuja sua maior produção foi transformada em açúcar ou álcool pela Usina Santa Maria (antiga Usina Santana, de 1930) que na safra 2006/7 moveu 750 toneladas de cana com 1,3 milhões de sacos de açúcar e 19 milhões de litros de álcool, apesar de ter diminuído a área do plantio de açúcar em cerca de 30% e ter aumentado o número das fazendas de gado na região que duplicou o seu plantel bovino.

Não podemos deixar de registrar o fato de que um dos maiores potenciais econômicos de Porto Calvo estão associados a diversificação da sua agricultura, seja na produção de flores tropicais, flores e mais uma pequena produção industrial, como por exemplo, na cerâmica que produz tijolos e telhas no município de Porto Calvo que geralmente são comercializadas na própria região, aproveitando a tradicional feira semanal que é a maior dentre os municípios próximos, apesar de sua diminuição espacial que ocorreu ao longo dos anos, as feiras ainda se tornam as maiores em relação às regiões próximas. Na tabela 1, logo abaixo talvez possa nos possibilitar uma maior compreensão da agricultura através do Programa Nacional do Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Tabela 1 – Agricultura de Porto Calvo.

Agricultura / PRONAF				
Crédito: (2006)				
Número de Estabelecimentos			Créditos	
	Famílias	Patronais	Contratos	Valor (R\$)
Porto Calvo	473	80	483	535.633,83

Alagoas	105.305	7.966	43.397	101.546.796,30
---------	---------	-------	--------	----------------

Fonte: Enciclopédia Municípios de Alagoas (2006 p.79).

Tabela 2 - Porto Calvo: Diversidade Agrícola.

Porto Calvo: Diversidade Agrícola			
no	Produto	Área plantada	Produção
998	Abacaxi	2 hectares	43 mil frutas
996	Arroz	260 hectares	494 toneladas
998	Arroz	75 hectares	146 toneladas
996	Banana	200 hectares	199 mil cachos de banana
996	Cana de açúcar	13.080 hectares	654.262 toneladas
996	Batata-doce	70 hectares	683 toneladas
996	Coco-da-baía	570 hectares	1.750 toneladas
996	Feijão-corda	255 hectares	148 toneladas
996	Mandioca	520 hectares	6.505 toneladas
996	Maracujá	22 hectares	1.807 mil frutas
966	Milho	180 hectares	101 toneladas
996	Inhame	40 hectares	436 toneladas

Fonte: Anuário do Estado de Alagoas (1998, p.72-95).

O município do Porto Calvo apresenta um PIB municipal per capita, segundo podemos observar na tabela 3:

Tabela 3 – PIB de Porto Calvo.

<i>Ano</i>	<i>2002</i>	<i>2003</i>	<i>2004</i>	<i>2005</i>
<i>Porto Calvo</i>	<i>2.358</i>	<i>3.211</i>	<i>3.818</i>	<i>3.997</i>
<i>Alagoas</i>	<i>3.371</i>	<i>3.805</i>	<i>4.324</i>	<i>4.687</i>
<i>Nordeste</i>	<i>3.891</i>	<i>4.355</i>	<i>4.899</i>	<i>5.498</i>
<i>Brasil</i>	<i>8.378</i>	<i>9.498</i>	<i>10.692</i>	<i>11.658</i>

Fonte: enciclopédia Municipais de Alagoas (2006 p.79).

As finanças ou rendas do município de Porto Calvo provinham R\$ 19.972.380,34 da Previdência Social (pessoas aposentadas ou com título de invalidez) mais R\$ 276.907,40 decorrente de receita tributária (em 2005) local, uma receita de R\$ 6.960.452,25 decorrente de seu direito em receber constitucionalmente Fundos de Participação dos Municípios (FPM) e R\$ 107.918,20 dos *Royalties* de Petróleo (2006) - Petrobras.

Quanto à administração pública municipal, tem um total de 1.082 funcionários públicos em sua administração direta e nenhum funcionário na sua administração indireta. O município de Porto Calvo apresenta os seguintes índices de Desenvolvimento Humano, segundo podemos observar na tabela 4:

Tabela 4 - Porto Calvo: Índice de Desenvolvimento Humano (%).

Porto Calvo: Índice de Desenvolvimento Humano (%)			
	Município		Alagoas
	1990	2000	2000
Total	0,516	0,599	0,633
Renda	0,498	0,477	0,597
Longevidade	0,594	0,677	0,597

Educação	0,455	0,641	0,703
Ranking no Brasil	-	4687 °	26°
Ranking no Estado	-	37°	-

Fonte: Enciclopédia Municípios de Alagoas (2006 p. 79).

Tabela 5 - Porto Calvo: evolução da sua população.

Porto Calvo: Evolução da sua população	
Censos demográficos	População
1870	Escrava- 2.294 habitantes Livre- 6.887 habitantes Total- 9.181 habitantes
1890	28.403 hab. Ramalho (1934)
1900	28.812 hab. Ramalho (1934)
1910	Não houve censo demográfico
1920	23.220 habitantes
1930	29.419 hab. Ramalho (1934)
1940	Informação não obtida
1950	28.000 hab. Dep. Est. De Estatística 1952
1960	16.037 hab. Alzavilla (1988)
1970	17.782 hab. Alzavilla (1988- 121)
1980	20.482 hab. Alzavilla (1988)
1990	22.658 hab. Anuário Estatístico de Alagoas (1990)
1996	24.150 hab.

	Anuário Estatístico de Alagoas (1990)
2000	25.383 hab. Anuário Estatístico de Alagoas (1998)
2007	25.129 hab. Anuário Estatístico de Alagoas (1990)
2008	25.870 habitantes

Fonte: Fonte: Enciclopédia Municípios de Alagoas (2006 p. 79).

Para que possamos compreender melhor o processo de crescimento e diminuição ou retração da população portocalvense, temos que levar em conta alguns fatores, tais como: 1) o crescimento natural de sua população nativa; 2) do processo de desmembramento do antigo território de Porto Calvo que não apenas perdeu território, mas também teve a sua população reduzida, a economia debilitada; 3) das mortes provocadas pela cólera e outras doenças introduzida no Brasil entre o final do século XIX e o começo do século XX, onde todos esses fatores debilitaram a economia portocalvense e causaram impacto na sociedade local.

Porto Calvo que nasceu por volta aproximadamente de 1590/5 teve o primeiro desmembramento do seu território por volta de 1815 dando origem ao atual município de Porto de Pedras e passados 60 anos, mais precisamente entre 1875, Porto Calvo sofreu outro processo de desmembramento de seu território com aquelas mesmas consequências, já citadas anteriormente, do seu primeiro processo de desmembramento e ainda agravadas pelo fato que Porto Calvo perdia parte de sua saúde para o mar.

Em 1901 Porto Calvo perdia novamente outra parte ou porção de seu território que acabava por se transformar no município de Colônia de Leopoldina, e mais tarde em 1958 cedia parte de seu território para compor o território de Jacuípe e o de Jundiá, em 1960.

Lembrando que Porto Calvo a nível de área territorial, compreendia todo o norte de Alagoas que correspondia na atualidade a área territorial dos 17 municípios: Paripueira, Messias, Barra de Santo Antônio, Flexeiras, São Luiz de Quitunde, Matriz de Camaragibe, Joaquim Gomes, Passo do Camaragibe, Porto de Pedras, Maragogi, São Miguel dos Milagres, Japaratinga, Colônia de Leopoldina, Novo Lino, Jundiá e Campestre. A melhor forma de entender todo este processo é acompanhá-lo com um mapa contendo todos os municípios de Alagoas, papel e caneta, para “pesar” os “prós” e “contras” de tudo isto.

Quanto à educação no município de Porto Calvo, a sua rede de ensino dispõe de 50 estabelecimentos de ensino municipal e 3 estabelecimentos de ensino particular distribuídos

pelo seu território, que apresenta os seguintes dados relativos à matrícula dos seus alunos, entre 2009 e 2011.

Tabela 6 - Porto Calvo: Educação.

Porto Calvo: Educação		
População	2002	2006
		12.108
Pré-Escola	1.130	1.113
Ensino Fundamental	6.847	6.592
Ensino Médio	1.003	1.405
Educação de Jovens e Adultos	1.598	1.887

Fonte: Enciclopédia municípios de Alagoas (2006, p.79).

Quanto ao setor da saúde pública, hoje o município de Porto Calvo dispõe de 1 hospital público geral, 1 hospital regional e 10 postos de saúde (funcionando) espalhados pela cidade, composto por profissionais da área da saúde: psicólogos, fisioterapeutas, etc. Assim, tem-se os seguintes dados sobre o setor da saúde em Porto Calvo:

Tabela 7 - Porto Calvo: Saúde Pública 2008/9.

Porto Calvo: Saúde Pública 2008/9		
	Maceió	Porto Calvo
Hospital	27	02
Leitos para mil habitantes	4,3	2,2
Redes Ambulatorial	172 unid.	6 unid.
Mortalidade infantil	23,2	36,5

Fonte: Enciclopédia municípios de Alagoas (2006, p. 79).

O município de Porto Calvo em 2007 tinha cerca de 5.676 famílias onde 70% destas famílias apresentavam-se como pobres ou de maior vulnerabilidade social. Tendo 3.098 delas com direito ao “Bolsa família - Auxílio-Brasil” pago pelo Governo Federal.

Quanto aos indicadores dos serviços urbanos em Porto Calvo eles estão assim estabelecidos: dos domicílios em 2006, cerca de 60, 2% deles têm coleta de lixo regular. Essa

parte de coleta de lixo, é algo que também vem melhorando com o passar do tempo. Entretanto, a educação de preservação ambiental também falta muito ser suprida.

Outra questão a ser encarada pelos municípios, são os aterros sanitários, na qual cada município precisa ter o seu próprio ou compartilhar com outro município vizinho, e não jogar o lixo sem o devido tratamento, condicionamento, compactação, canalização das gases, proteção do lençol freático e outras medidas de proteção e preservação do meio ambiente.

O conceito de “saneamento básico” utilizado pela ONU consiste na instalação de equipamentos e serviços para o gerenciamento, descarte dos resíduos sólidos e líquidos gerados pelas atrocidades humanas. Segundo os princípios e diretrizes contidas na Lei nº 11.445 de 2007 do Saneamento Básico que inclui entre os componentes de saneamento básico, o abastecimento de água, a limpeza urbana, o manejo dos resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas das chuvas etc.

2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO CALVO: ATÉ A SAÍDA DOS HOLANDESES DO BRASIL

A história de Porto Calvo, ou melhor dizendo, a sua pré-história, vem de milhões de anos atrás, quando a natureza destes tipos de ocorrência, que são elas, a comprovação da sua devida antiguidade, sejam eles sítios de natureza pré-colonial ou históricas observando-se as especificidades arqueológicas de cada um destes sítios conforme podemos verificar na tabela 8; exposto na obra Patrimônio Arqueológico e Paleontológico de Alagoas organizado pela historiadora Luana Teixeira (2012).

Tabela 8 - Porto Calvo: Sítios Arqueológicos.

Porto Calvo: Sítios Arqueológicos			
0	Município	Sítios Arqueológicos	Categoria do Sítio
1	Porto Calvo	Ocorrência 24	Pré-Colonial
2	Porto Calvo	Ocorrência 25	Pré-Colonial
3	Porto Calvo	Igreja N.S da Apresentação	Histórico

4	Porto Calvo	Capricho	Histórico
5	Porto Calvo	Colinas	Histórico
6	Porto Calvo	Cova da onça	Histórico
7	Porto Calvo	Crasto	Histórico
8	Porto Calvo	Escorial	Histórico
9	Porto Calvo	Estaleiro	Histórico
10	Porto Calvo	Guaribas	Histórico
11	Porto Calvo	Ilha do Guedes	Histórico
12	Porto Calvo e Maragogi	Capiana	Histórico

Fonte: Teixeira (2012, p. 58).

Sabemos que foram encontrados, pelos arqueólogos, uma quantidade expressiva de sítios arqueológicos que denota a sua riqueza arqueológica e que pode revelar facetas ainda não investigadas ou exploradas por outras áreas do conhecimento humano, e assim, enriquecer o que já se sabe sobre o seu passado a partir de novas reinterpretações possíveis pela decifração do seu passado, e ajudar na melhor compreensão do tempo presente.

A fase agora é das pesquisas, é dos estudos laboratoriais, e os de campos também, as bibliografias (consulta e pesquisa de obras de referências para subsidiar a pesquisa) e daí vir depois as teses, argumentações e contra argumentações ou o reforço das teses existente sobre cada um daqueles 12 sítios arqueológicos existentes em Porto Calvo:

O principal para embasar ações preservacionistas em arqueologia é o que reconhece às gerações futuras o direito de conhecer os remanescentes do passado da humanidade, uma aspiração sem dúvida. Contudo, uma tensão se estabelece quando são encaminhadas as questões que acompanham essas ações: preservar o que, como, para quem e por quem? Quem deve atribuir valor aos bens arqueológicos? Quem escolhe o que merece ser preservado? Em última instância, de quem é o passado que a arqueologia recupera? A máxima de que “o passado, inevitavelmente, e por direito, pertence a todos” pressupõe a possibilidade de múltiplas respostas a essas questões

tão, que variam no tempo e no espaço (...) populações indígenas, grupos étnicos descendentes. Movimentos sociais, comunidades locais, seitas religiosas entre outros, vêm entendendo que determinados registros arqueológicos com os quais tem vínculos históricos, culturais, religiosos, afetivos ou simbólicos, são parte de seu patrimônio e pertencem a todos nós também. A ética de conservação, compromissada em proporcionar longevidade máxima aos registros arqueológicos, convém não apenas as evidências físicas de sistemas socioculturais extintos, mas também toda documentação associada a elas, desde aquelas produzidos no momento do achado até os resultantes do seu estudo, em qualquer tipo de suporte: papel filme ou meio digital. (LIMA, 2002, p. 1-18).

A segunda questão a se colocar no processo de evolução histórica de Porto Calvo é no mínimo saber: quem eram as populações indígenas que habitavam no constituído território portocalvense? Quem eram esses índios que habitavam na região? Para começo de conversa temos que explicar também dois outros assuntos correlacionados com estes que são o processo de povoamento e conquista de Capitania de Pernambuco por Duarte Coelho Pereira (1485-1554) e seus descendentes e a posterior concessão da sesmaria à Cristóvão Lins, e o processo de conquista e ocupação da região de Porto Calvo pelo sesmeiro (Duarte Coelho). Entendem-se que existem muitas questões envolvidas na explicação destes dois processos históricos, que podem conter aspectos simbólicos, ou não.

Voltando à pergunta anterior: Quem eram esses índios que habitavam na região? Vamos aqui tentar respondê-la da melhor forma possível, afirmando que as capitanias hereditárias bem-sucedidas, São Vicente (SP) e Pernambuco, tiveram o apoio dos índios e as demais fracassaram, principalmente devido aos seus ataques a elas.

A superioridade tecnológica das armas europeias não era absolutamente suficiente para explicar a vitória de um punhado de portugueses contra milhares de povos indígenas, mesmo se levando em conta as limitações técnicas da época.

A conquista do território só se explica pelas alianças que os portugueses puderam fazer ou estabelecer com os índios, de tal forma que com, por exemplo o processo de conquista de capitania de Pernambuco só veio a prosperar depois de muitos enfrentamentos diretos entre os índios da região e o donatário Duarte Pereira, cujo principal desafio vinham dos Potiguares e dos Caetés que, embora fossem tupis e às vezes rivalizavam entre si, eram aliados dos franceses que faziam o contrabando do Pau-brasil e que incentivaram as suas hostilidades contra os portugueses.

Os Caetés foram violentamente perseguidos após terem sido decretado guerra justa contra eles em 1562, sob acusação (sem defesa deles) de terem matado e comido o bispo Dom Pero Fernandes Sardinha e seus companheiros de naufrágio, onde os colonos ávidos de escravos indígenas (aprisionavam ou matavam) centenas de Caetés, incluindo até os

habitantes das aldeias dos Jesuítas o que levou ao próprio Mem de Sá a revogar a medida de decretar-lhe “guerra justa”, isto depois da grande população Caeté já estar morta e desaparecida.

Quanto aos índios potiguaras, que também foram descritos nos relatos portugueses de forma muito negativa, embora tenham sido inicialmente bem recebidos, os portugueses na capitania de Itamaracá não tardaram a se voltarem contra os portugueses pelas mesmas razões costumeiras já referentes da reclamação geral dos índios: as escravizações abusivas e as violências desencadeadas na década de 1540 contra eles:

Assim os portugueses enfrentavam ao norte os potiguares e ao sul os caetés, contando com o auxílio inestimável dos tabajaras. Estes eram também tupis e viviam em guerra com os primeiros e com vários grupos, com os quais, às vezes, tinham períodos de paz (...). As relações entre portugueses e tabajaras foi sedimentada pelo casamento de Jerônimo de Albuquerque com a filha do grande chefe Arco Verde. Essas relações foram essenciais para assegurar o domínio dos portugueses sobre Pernambuco”. O importante papel dos índios na construção dessa capitania evidencia-se no seu próprio traçado geográfico que no século XVI, segue a linha das aldeias aliadas, conforme revelou Bartira Barbosa. Estabelecidos em Pernambuco e contando com o prestimoso apoio dos tabajaras, os portugueses prosseguiram, matando e escravizando milhares de índios (...) que acabaram se voltando contra eles. (ALMEIDA, 2010, p. 49-50).

A partir disso tudo que foi citado por M^a Regina Celestino de Almeida em sua obra *Os Índios na História do Brasil* (2010), algum tempo depois se deu o processo de ocupação do território alagoano, tanto do núcleo inicial de Penedo quanto o de Porto Calvo.

O que nos interessa mais de perto é saber identificá-los (enquanto tribo e nação) e associá-los aqueles povos potiguares cuja extensão do seu território de influência ou vivência chegavam até a região de Porto Calvo, neste sentido, não tão difícil associá-los com os de Pernambuco e os do Rio Grande do Norte que eram a sua área de abrangência e domínio territorial e cultural.

Eram os potiguares povos agricultores e caçadores, que viviam também da pesca e da coleta esporádica. Quando os portugueses chegaram ao Brasil em 1500, os índios já habitavam há milhares de anos, cujos vestígios de pintura e desenhos rupestres servem de testemunho para todos nós.

Os potiguares como grupos seminômades, alguns deles e outros agricultores, já viviam da coleta de alimentos, além de plantarem feijão, milho, mandioca, batata-doce, entre outros produtos agrícolas. O plantio, o cultivo e a colheita, além de buscar água, cuidar das crianças, eram atividades geralmente desenvolvidas pelas mulheres. Enquanto que os homens preparavam uma nova área para o cultivo, caçavam, pescavam, fabricavam instrumentos de

trabalho e instrumentos para as guerras. As principais comidas produzidas por eles eram os “beijus”, as “papas” e as farinhas que acabaram se incorporando ao nosso viver atual.

As aldeias eram formadas por cabanas chamadas de Ocas que estavam distribuídas geralmente em forma circular ou semicirculares para facilitar o sistema de defesa contra o ataque de tribos inimigas. E no meio disso tudo estava o território onde eles se reuniam e faziam as suas solenidades religiosas ou danças ritualistas, na qual cada maloca desta (as maiores) poderia conter de 50 até 150 pessoas, onde o fogo estava sempre aceso seja para cozinhar ou aquecer a todos.

A guerra ocupava um lugar de destaque dentro do seio da sociedade tribal indígena tupi. Também era utilizado nos combates corpo a corpo, o instrumento de guerra “tacape”, além das lanças e flechas incendiárias para queimar as aldeias inimigas. E quando os combates traziam prisioneiros de guerra, faziam grandes festas em que se tomava o “cauim” (feito de aguardente de mandioca) e os prisioneiros eram tratados com muito cuidado até a sua execução, quando se fazia o “banquete antropofágico”¹.

Cada tribo tinha a sua liderança maior, chamado de Cacique ou “moribichaba”, além do Pajé. Eles eram as duas maiores autoridades, uma política e outra espiritual, e até medicinal. As crianças desde cedo eram educadas a sobreviverem em qualquer ambiente geográfico que elas estivessem submetidas.

Para alcançarem a maioridade física, emocional e intelectual eram elas submetidas a determinados rituais de passagem que lhes preparavam para o exercício da vida adulta (com várias provas e disputas que variavam de tribo para tribo), na qual todas gostavam de se enfrentarem.

Usavam saiotas ou tangas, cocares, braceletes, colares de penas, consumiam frutas silvestres, dançavam ou produziam sons batendo palmas ou fazendo a marcação do ritmo batendo os pés no chão. Veneravam as forças na natureza, temiam o trovão e os relâmpagos, mas cultivavam um deus maior, que eles chamavam de “Tupã” ou “Jací”, o deus da lua. O Pajé era um misto de sacerdote, médico e psicólogo que obtinha remédios produzidos de folhas, raízes e cascas de árvores, e quando morriam eram enterrados em igaçabas, diante de cerimônia assistida por todos os componentes da tribo.

A herança histórico-cultural indígena está presente no nome de pessoas, lugares (toponímia local) na “alça pão” ainda utilizada para caçar animais maiores; no uso do “anzol” feito de osso; no “puçá”, no consumo de “mandioca”, do milho, do “feijão de corda”, da

¹ O filme “Como é gostoso o meu francês” relata essa prática indígena.

“abóbora”, “amendoim”, do “urucum”, o uso de “cesto” para transportar algo, do uso da panela de barro, do “tabaco”, dos banhos de rios que provamos em nossa infância, do descanso na “rede” a qualquer hora. Temos origens nessas atividades e como prova de tal evidência, podemos perguntar aos nossos avós e pais sobre a vida que passaram nos anos 50 e 60 no interior de Alagoas.

Sempre teremos memórias desses costumes, até os presentes anos. Tudo isso são traços culturais indígenas presentes no nosso dia a dia, e valorizá-los e divulgá-los é vivificar nossas origens e mostrar ao mundo nossa rica herança. Segundo aborda o historiador José Roberto Santos Lima, no seu texto sobre *O índio em Alagoas* (1998), referindo-se ao extermínio dos Caetés e dos Potiguaras:

O extermínio dos indígenas- principalmente os Caetés- se processava no território alagoano com um ódio redobrado pelo consentimento e até encorajamento das autoridades portuguesas (religiosas e militares). Sobre os Caetés e os potiguaras fez menção também o Jesuíta Fernão Cardim em trabalho escrito em 1584 e publicado parcialmente em 1625 em Londres, afirmavam que “quando chegavam a Pernambuco e tomaram posse da Capitania de Pernambuco em 1560, chamou o conselho dos homens principais do governo da terra e se assentou entre eles que se chegasse por General da guerra Jorge de Albuquerque o qual aceitou o cargo e começou a fazer os inimigos do Cabote Santo Agostinho, provavelmente os Caetés e Potiguaras, saindo-lhe muitas vezes ao encontro dos índios, assaltando-os, ferindo-os ou matando-os. O processo de extermínio dos potiguaras esteve associado a bandeira organizada e comandada por Jorge Albuquerque e Cristóvão Lins que por volta de 1575 a 1585, ou a partir desta última data em diante, conseguiram expulsar e ou escravizar os índios potiguaras da região intercorram do norte do atual Estado de Alagoas- até então pertencente a Capitania de Pernambuco- ficando depois grande parte do território “livre” para a ação colonizadora. (LIMA, 1998, p. 16-17).

Quando Duarte Coelho Pereira recebeu do rei de Portugal Dom João III (1502-1557) a sua capitania hereditária, por ter uma certa nobreza e por possuir uma certa experiência no cultivo de cana-de-açúcar em outras colônias portuguesas, assim, ele dispôs de algum capital para investimento em suas novas propriedades, trazendo consigo novas mudas de cana para o plantio, e tudo isto o credenciou para colonizar as terras de Pernambuco, que se iniciou por volta de 1535, instalando-se em Olinda com a sua esposa Dona Brites.

Alguns parentes, amigos e pessoas já eram experientes no fabrico de açúcar, contudo, tiveram que vencer outras dificuldades. A primeira delas foi o problema com os degredados que se recusaram a trabalhar; falta de mão de obra para o trabalho na lavoura de cana, ataque de franceses e indígenas Caetés, mas apesar dessas dificuldades deixou a capitania para Jorge Albuquerque e Duarte de Albuquerque.

Graças a experiência deles no plantio da cana e no processo do fabrico de açúcar, a fertilidade do solo da região do Capibaribe e do Beberibe para o cultivo da cana que depois se espalhou pela região de Porto Calvo, por intermédio de Cristóvão Lins e acima de tudo pelas

alianças feitas com as tribos indígenas, também por tê-los vencidos nas guerras “de pacificação da região”:

Entre os principais núcleos coloniais destaca-se já no século XVI, o de Pernambuco, onde Duarte Coelho fundara a vila de Igaráu em 1535 e a de Olinda em 1537. Como Olinda se encontrava a seis quilômetros da foz conjunta dos rios Capibaribe e Beberibe, surgiu em uma restinga próxima à foz um povoado que recebeu o nome de Recife, de dada e fundação incerta. Como Pernambuco logo se desenvolveu, graças ao açúcar, teve povoações elevadas à condição de vilas em Sirinhaém (1614), Porto Calvo (1615) e Alagoas (1624) e mesmo Penedo que era um forte próximo a foz do rio São Francisco. (ANDRADE, 1995, p. 35).

Quando os portugueses iniciaram o cultivo da cana em larga escala em Pernambuco e mais tarde em Porto Calvo, utilizaram-se do uso de trabalho escravo indígena. Devido à reação indígena de rejeição, revoltas e resistências, esse problema só foi resolvido quando houve a introdução do trabalho escravo africano de forma mais regular e constante a nível de abastecimento da sua mão de obra.

Foi daquela expedição militar composta por civis que resultou na expulsão e eliminação dos Potiguares do território do Norte de Alagoas, que hoje corresponderia ao território de Porto Calvo que Cristóvão Lins recebeu de doação das sesmarias por autorização dos descendentes diretos de Duarte Coelho Pereira, assim, caberia a ele explorar e ocupar aquela terra do “Porto Calvo”, segundo o que determinava as leis da época (se não ocupar as terras, fundar vilas ou engenhos em um prazo máximo de 5 anos, as terras voltariam a pertencer ao seu antigo proprietário, segundo as leis portuguesas da época).

Quando Duarte Coelho Pereira estava vivo, ele tratou do seu litoral entrando em todos os portos de seus domínios no sentido de tentar estabelecer um ponto avançado de Olinda que se concretizou em grande parte com a fundação de Porto Calvo concretizado por Cristóvão Lins a mando de Jerônimo de Albuquerque, que como “prêmio” desta cruzada, teria recebido uma vastíssima sesmaria que ia da foz do Rio Mangaba até o Cabo de Santo Agostinho. Plantando lhe logo cana de açúcar, fez prosperar a sesmaria, assim, edificou 07 engenhos (05 em Alagoas e 02 em Pernambuco), ergueu capela, desenvolveu a agricultura e a criação de gados, casou com Dona Adriana Holanda (filha de família tradicional) após ter expulsado e escravizado os potiguares. Algum tempo depois, recebe o título de Alcaide-mor da vila de Porto Calvo dos Quatro Rios e daí inicia-se a colonização daquele povoado, que posteriormente seria uma vila.

E, Porto Calvo dez anos depois que se inicia pela formação dos engenhos de açúcar na zona da mata vindas das Alagoas e próximo a restinga marinha, baseando a sua riqueza em torno dos canaviais plantados e colhidos pelos negros, bantos trazidos da África.

Porto Calvo começou como fortaleza – por estar localizada em cima de uma colina ocupando uma posição geográfica - que lhes deu uma vantagem no seu sistema de defesa e ataque que no tempo dos holandeses eram três fortalezas, segundo mostra o que está contido em um quadro pintado pelo holandês Frans Pose, ao pé da fortaleza, que surgem em um casario e em um engenho próximo ao de Cristóvão Lins onde floresceram em terras circunvizinhas das plantações de cana, ao complexo da Casa Grande, a Senzala e ao Engenho e Capela.

De Penedo surgiu a conquista dos sertões alagoanos e de Porto Calvo consolidar-se-ia a sociedade tutelar dos donos de terras, escravos e de fabricação de açúcar da futura Alagoas que aos poucos crescia à luz do latifúndio canavieiro-sesmeiro.

O mercantilismo impôs as suas marcas sobre a vida colonial, não apenas fornecendo produtos que precisava, mas, acima de tudo ficando cada vez mais dependente econômica e financeiramente das amarras com o capitalismo mercantil escravocrata, onde a escravidão de negros cativos trazidos da África foi uma imersão tipicamente mercantilista, e uma das únicas maneiras de ficar dependente da mão-de-obra, pois foi se transformando de necessidade para obrigatória e de obrigatória para indispensável.

Assim, sem elas não se teria a produção de qualquer outra coisa na vida brasileira, dando a sua importância como mão-de-obra que perdura até fins do século XIX, com a abolição que não lhe garantiu fazer a difícil transição entre homens e mulheres livres, libertos para agora cidadãos. Difícil conquista estigmatizadas pela cor da pele e o racismo que prevalece em todos os espaços da sociedade brasileira, até os dias atuais.

O primeiro povoamento das terras de Porto Calvo nelas levantou 5 engenhos, mas Alagoas o “Buenos Aires” em Camaragibe e “Escorial” em Porto Calvo e depois os engenhos de “Morro” em Porto Calvo, o “Baixo” e depois “do Meio” e mais tarde o Bom Jesus e Maranhão”. (DIÉGUES JÚNIOR, 2006, p. 42-49).

Não foi uma única geração de Cristóvão Lins que tentou dar conta de tantas obras e possíveis realizações, mas sim, mais de 10 gerações que puderam dar conta de tanta responsabilidade, inclusive a de ser Alcaide-mor da Vila de Porto Calvo logo no início da sua colonização.

O engenho colonial foi uma unidade de produção familiar, onde os senhores de engenhos produziam grandes extensões de terras que viviam em suas casas, estas eram de taipa ou de pedra e cal, com poucos móveis, cujas construções mais características eram a “Casa Grande”, a “Capela”, a “Casa de Engenho” e a “Senzala”.

Os engenhos não eram autossuficientes no setor de alimentação, existindo muitas vezes a necessidade dos senhores de engenhos autorizarem o cultivo da mandioca para ser

consumida e beneficiada na confecção da farinha de mandioca ao redor dos canaviais. Para suprimir o engenho colonial de víveres e outros produtos como vinhos, azeites, vinagre, farinha de trigo, azeitona e outros produtos de difícil acesso. A situação chegou a tal ponto que a Coroa Portuguesa decretou leis para obrigar os senhores de engenhos a reservar áreas para o cultivo de alimentos para a população local.

O ciclo econômico que se iniciou e se expandiu na faixa litorânea da parte austral da Capitania de Pernambuco, o atual Estado de Alagoas- que teve sua Colonização iniciada com os engenhos Escurial e Buenos Aires obras do fidalgo Cristóvão Lins no século XVI formou uma sociedade hierarquizada de castas, escravagista, senhorial, de traços feudais que influencia em nossas vidas até hoje. (TENÓRIO, 2008, p. 10).

A figura 2 mostra o Território intermediário do engenho Escurial, da Fazenda Guaribas, que fez parte do período colonial no Brasil.

Figura 2 - Engenho Escurial.



Fonte: Instagram História de Porto Calvo, (2021).

As primeiras mudas da cana-de-açúcar que vieram para o Brasil, teriam vindo da Ilha da Madeira e eram da cana “crioula”, mas somente em fins no século XVIII é que introduz-se entre nós a cana caiana, vinda da Guiana Francesa, onde os engenhos eram “d’água” movidos

pela água dos rios pequenos ou “por tração animal”, que durante séculos condicionou a vida econômica, política, social e cultural das Alagoas, onde em Porto Calvo tinha-se todo este cenário favorável ao desenvolvimento da cana de açúcar, onde tudo isto foi produzido utilizando-se do trabalho, indispensável, dos escravos africanos.

Tabela 9 - Evolução dos Engenhos de açúcar em Alagoas.

no	Número de Engenhos	Ano	Número de Engenhos
630	14	1854	400
639	16	1859	475
730	47	1879	632
749	61	1881	661
774	69	1883	682

Fonte: LIMA (1998, p. 50).

O município de Porto Calvo foi palco de um dos maiores conflitos bélicos de todo o nosso período colonial. A invasão e ocupação holandesa sobre o território pernambucano que vai de 1630 a 1654, contudo foi em 1654 que eles voltaram para a Holanda ou vão para o Caribe americano.

Os holandeses já teriam em 1624 a 1625 invadido, ocupado e em seguida teriam sido expulsos da cidade de Salvador depois de uma longa mobilização da população local e da ajuda militar vinda da Espanha para expulsá-los da Bahia.

Todo este processo é fruto ou um desdobramento histórico da fusão das coroas ibéricas quando o Rei da Espanha passa a ser também Rei de Portugal, proibindo todo o comércio do açúcar de Portugal com os países baixos, determinação esta que prejudicava enormemente os holandeses, estes recebiam os empréstimos com os portugueses que eram pagos com caixas

de açúcar. E assim, eles estavam proibidos de realizarem o citado comércio, logo, a solução dada pelo membro do conselho da Companhia das Índias Ocidentais foi invadir o Brasil em 1630, desembarcando na Praia do Pau-Amarelo no litoral norte de Pernambuco.

Antes disso, os holandeses haviam capturado dois Galeões espanhóis carregados de ouro e de prata, essas riquezas iriam garantir que os holandeses construíssem uma enorme frota naval e contratassem mais mercenários e “soldados de linha” para ocuparem Pernambuco e assim foi feito. “Segundo pode constatar pelas instruções secretas e determinações contidas nos regimentos, conforme cartas de V. Waerdenburch ao conselho da companhia das índias Ocidentais que recomendava a ocupação de Olinda pelas tropas holandesas” (MELLO, 1978, p. 76-77) que deveriam orientar nas atividades militares e organização de um novo governo, quando se tinha documentos discutidos e aprovados pelos diretores da Companhia das Índias, em 8 de agosto de 1629 ordenando que: “os diretores da companhia da Índias Ocidentais em 8 de agosto de 1629 ordenando que as forças militares atacassem Pernambuco e sendo tomada a cidade de Olinda e que fortificassem os seus pontos mais altos e especialmente o convento dos Jesuítas”. (MELLO, 1978, p. 45).

Olinda era a capital de Pernambuco Colonial e uma das principais cidades do período em que circulava grande parte do comércio colonial de açúcar e chegando a ter um relativo prestígio naquela época.

Matias de Albuquerque (1580-1647) que havia vencido os holandeses na Bahia, para a defesa de Pernambuco contava apenas com 3 caravelas, e 27 homens, enquanto que os holandeses no desembarque da praia do Pau-Amarelo tinham mais de 50 navios, 7 mil homens e bastante armas de todos os tipos.

Mesmo mediante a inferioridade numérica das tropas locais, Matias de Albuquerque não impediu a ocupação de Olinda pelos holandeses (que muito tempo depois foi incendiada pelos holandeses) mas organizou o exército da resistência no Arraial do Bom Jesus² e usando as táticas de guerrilha contra aqueles invasores, retardando por mais de 5 anos os domínios holandeses sobre Pernambuco, mantendo-se estagnados na mesma área geográfica por não conhecerem bem o território e não estarem preparados para os ataques de surpresa providos pelas guerrilhas.

Quando Matias de Albuquerque descobriu que os holandeses já haviam dominado todos os pequenos fortes do Recife - que na época era apenas uma pequena “Aldeia de Pescadores” - tratou logo de incentivá-los, tanto quanto os armazéns de açúcar que em

²Arraial do Bom Jesus estava situado entre Olinda e Recife, mas recentemente em posição geográfica estratégica.

represália os holandeses incentivaram Olinda e que depois fugiram para o Arraial de Bom Jesus.

Olinda não interessava aos holandeses mais a manutenção da ocupação holandesa sobre ela era cara e difícil e o seu incêndio era a prova definitiva e o desapego deles as comunidades locais, cujas igrejas de “Nossa Senhora do Amparo” e do “Carmo” teriam sido destruídas e muito tempo e muito tempo depois reconstruídas, depois da restauração Pernambucana.

Entre 1630/31 quando do incêndio de Olinda o povoado do Recife pela sua localização geográfica estratégica, foi crescendo e se tornando um local controlado pelos holandeses que foi saindo aterrado e mais tarde urbanizado e se enchendo de sobrados, casas de comércio e de pontes (muito tempo depois construídas) quando de Olinda para o Recife se transferiam mais de 7 mil pessoas atraídos pelo comércio de açúcar e de outros produtos acrescidos de escravos importados de Áfricas que estavam por todas as partes.

É importante destacar que durante o período holandês sobre Pernambuco os Calvinistas (protestantes holandeses) consideravam o tratamento cruel dado aos escravos africanos como “desumanos”, porém, algum tempo depois eles aceitaram conviver com tal situação, na qual os dirigentes da Companhia das Índias Ocidentais continuavam a controlar as rotas do tráfico do comércio de escravos de Angola (que chegou a ser ocupada temporariamente pelos holandeses).

Não podemos esquecer que os holandeses mandaram duas expedições militares contra o Quilombo dos Palmares com o objetivo de destruí-los, entretanto não obtiveram sucesso naquela iniciativa, demonstrando já naquela época, a sua força bélica e a sua capacidade organizativa.

Os destinos da guerra holandesa começam a mudar a favor deles, quando Domingues Fernandes Calabar (1609-1635) alia-se aos holandeses. Muitos têm especulado sobre os reais motivos que o teria levado a tomar essa decisão. Para Assis Cintra em sua obra *A reabilitação Histórica de Calabar* (2016) onde procura argumentar que Calabar não foi um traidor, citando até uma carta escrita por Calabar que não passa de uma forjação histórica.

Entretanto, Alberto do Rego Lins na sua obra *O julgamento de Calabar* (ano) saiu no jornal do comércio, Rio de Janeiro, defendendo Calabar. Opiniões à parte, apesar das eventuais falhas, emissão de dados e informações, ainda tem documentos na Holanda (escrito em holandês da época, não traduzidos para o português). Diante desses impasses, não nos é permitido fechar questões tão polêmicas e delicadas.

O fato é que foi Calabar quem guiou os holandeses para entrarem no território alagoano quando eles desembarcaram em Barra Grande, abaixo de Maragogi no litoral alagoano, começando assim a história da invasão holandesa sobre Alagoas.

Talvez nunca saibamos os reais motivos que teriam levado Calabar a passar para o lado dos holandeses e quando Nassau aqui teria chegado. Calabar já havia sido enforcado antes. Uma coisa não tem nada a ver com a outra, Calabar vs Nassau ou Nassau vs Calabar.

Para o historiador Moacir Medeiros de Santana diante dos documentos evidentes sobre Calabar, argumenta que há no ato de Calabar uma feição política e outra moral ou ética. Do ponto de vista político a nível mais geral a traição de Calabar, há de se perguntar, traiu o que? A quem? A que país ou nação?

O Brasil naquela época não estava sob domínio de Portugal, mas da União Ibérica (fusão das duas Coroas Ibéricas), vivendo um momento histórico atípico (1580/1640) no país. O Brasil era liso espanhol. E sobre o ponto de vista moral e ético, Calabar teria traído os seus irmãos de carne, de terra, de Porto Calvo, de nascimento, já que os holandeses atacaram, ocuparam, destruíram a vida, os negócios de várias pessoas, destruíram engenhos povoados ou vilas além do nível de agressividade cometidas de ambas as partes, durante os conflitos bélicos.

Segundo Craveiro Costa em sua obra *História de Alagoas* (1928), referindo-se aos holandeses em Alagoas nos diz que:

Em 1632 o território alagoano começa a figurar como palco de futuras ações bélicas quando Bagnuolo fez desembarcar em Barra Grande (Maragogi) 700 homens de guerra sob o comando de D Antonio Oquendo com destino ao Arraial de Bom Jesus cujas holandeses atacaram com êxito Igarassu onde o sucesso desta iniciativa leva-os a atacarem o Arraial do Bom Jesus, sem sucesso e culminando na morte do comandante holandês Rembach”. (COSTA, 1985, p. 31).

É Calabar que sugere - diante dos fracassos militares - que se desviasse as companhias holandesas para Alagoas, onde Calabar era grande conhecedor da região, e assim é feito.

Em 1632/1633 os holandeses, guiados por Calabar, desembarcaram em Barra Grande (litoral de Maragogi) marcharam sobre Porto Calvo, Porto de Pedras, Camaragibe, Porto do Francês, invadindo Alagoas do Sul (hoje Marechal Deodoro), tocaram fogo na Igreja de Taperaguá e também incendiaram a metade da Vila de Alagoas do Sul, torturando parte de sua população local, passando por Alagoas do Norte (hoje Santa Luzia do Norte) e São Miguel dos Campos, verificando a disponibilidade da região e mapeando onde existiam engenhos de açúcar que eles pudessem dominá-los ou controlar a sua produção, afinal de contas, essa era a Guerra do Açúcar, como assim foi chamado por vários historiadores especialistas nesta questão.

Não se pode deixar de lembrar o fato histórico ocorrido quando os holandeses invadiram e saquearam Alagoas do Sul. Grande parte da sua população fugiram para Alagoas do Norte e lá puderam montar um bom sistema de defesa de seu território, organizado pelo Capitão de Milícias Antonio Lopez Figueiras que, posteriormente, teria perdido a sua vida nos combates diretos contra os invasores holandeses. Sob a firmeza e determinação da população local, as ações bélicas holandesas em território alagoano foram temporariamente suspensas.

Porto Calvo como palco maior desta guerra pelo açúcar e por ser o local de Alagoas que concentrou uma maior quantidade de engenhos por região, fez com que a guerra fosse mais violenta e encarniçada. Isto teve impacto violento sobre o patrimônio histórico da região, destruindo-o por várias vezes e tentando ser reconstruído seguidamente; sobre a vida das pessoas e de seus negócios, além da destruição sobre a paisagem como um todo, por enquanto perdura a invasão holandesa intermediada por alguns poucos momentos de guerra e paz.

Em uma tática-ação, Matias de Albuquerque veio para Alagoas para dar apoio logístico e moral às tropas de resistência estabelecidas em Alagoas do Norte (atual Santa Luzia do Norte), cujo Porto Calvo na época se encontrava ocupada por tropas holandesas que depois foram expulsas pelas tropas de Matias de Albuquerque e Sebastião de Couto.

O primeiro assalto a Porto Calvo foi dirigido pelo Almirante J. Corneliszoon, guiado por Calabar, conhecedor do litoral alagoano, desembarcou em Barra Grande marchando sobre aquela povoação. É quando chaga a Porto Calvo o Conde de Bagnuolo com seus mercadores Italianos. Este aventureiro foi um grande covarde ou traidor, quando os inimigos de Porto Calvo se encontravam duas léguas de Porto Calvo quando os moradores instalaram emboscadas em um atalho onde o Conde se recusou a fazer as emboscadas, enfurecendo à população da Vila. Foi o Conde caminhando para o Camaragibe a quem seus soldados foram seguindo cada um por onde melhor pudesse ir e daí se foi para Alagoas do Sul, ficando a gente de Porto Calvo, mulheres, homens e meninos metidos pelos matos com grande desamparo cercados de terrores e sobressaltos. (MIRANDA, 1961, p. 14-15).

O historiador Douglas Apratto Tenório em um de seus escritos para o jornal *Gazeta de Alagoas*, em 04 de agosto de 1998, na matéria sob título *Reavaliar a Figura de Calabar*, nos diz:

E Calabar? É uma figura que sempre atrai controvérsias. Seu estigma de traidor impresso pelos cronistas portugueses ainda é muito forte e a discussão sobre o é evitada. Terá sido mesmo um traidor ou ao contrário, foi um herói? Não conviria a nós alagoanos discutirmos o assunto e transformá-lo num grande debate com dividendos positivos para a nossa terra? Vamos relembra o tema. Portugal estava há quase meio século sob a tutela da Espanha quando ocorreu a invasão holandesa em nossa região, Domingos Fernandes Calabar, mestiço alagoano de Porto Calvo experiente conhecedor da região onde a guerra era travada, abandonou as hostes luso-espanholas de cujas fileiras era considerado herói, passando-se para o outro lado. Como conselheiro e guia dos holandeses, foi a causa da reviravolta do conflito, dando-lhes sucessivas vitórias, iniciada com a tomada de Igarassu e do Forte de Rio Formoso permitindo-lhes ato contínuo se expandir para o sul e para o norte. Capturado Calabar em Porto Calvo foi garroteado uma técnica de enforcamento da época que consistia em amarrar uma corda no pescoço e gira-lo, gira-lo até quebrar o

pé-do-pescoço para depois “enforcá-lo” já morto e esquartejá-lo em sua terra natal no “alto da força”. Os holandeses louvaram a sua coragem e o seu comportamento, sendo enterrado com honra militar pelos holandeses, ao passo que os portugueses não perdoaram a sua deserção, cuja polemica se arrasta até os nossos dias” (TENÓRIO, 1998, p. 5).

Os holandeses tomaram conhecimento da execução de Calabar pelas tropas de Matias de Albuquerque. Tal atitude enfureceu Sigismund van Schoppe (1698-177) se dirigiu com suas tropas a Porto Calvo com o objetivo de castigar a população local impondo castigos, torturas, mortes, escravização ou o extermínio de toda a sua população. Contudo, isso não aconteceu graças a intermediação do Frei Manuel (1584-1654) de Salvador onde as punições foram transformadas em auxílio de munição e ou víveres para a guerra que continuava.

Os holandeses antes do ataque ao Arraial do Bom Jesus em 1635, Matias de Albuquerque conseguiu retirar grande parte das suas tropas mais para o Sul, em Nazaré. Parou ele antes e determinou que o Conde Bagnulo - que a população de Porto Calvo tinha motivos para não gostar dele pelo que já foi citado anteriormente - defendesse e fortificasse Porto Calvo, porém os holandeses foram ao seu encalço impedindo que as ações de defesa fossem completadas definitivamente, indo rumo a Alagoas do Sul onde encontrou tropas de reforço, vindas da metrópole.

Os holandeses desviaram o destino das suas tropas em direção a Paraíba e Rio Grande do Norte superando as defesas do Forte Cabedelo e do Forte dos Reis Magos do Rio Grande do Norte até eles chegarem, algum tempo depois, da conquista do Ceará.

Em Alagoas, a luta continuava mais constante e cada vez mais dura, chegando mais tropas de reforço da Espanha, sendo Matias de Albuquerque substituído do comando das tropas da resistência por D. Luiz de Rejas y Borja que desembarca em Jaraguá (Maceió) e logo assume o comando das tropas com 1.700 homens de guerra e 30 navios de guerra.

É bom lembrar que Porto Calvo, Alagoas do Sul e Penedo foram elevadas à condição jurídica de Vila pela Câmara e demais órgão políticos necessários ao funcionamento de uma Vila.

Porto Calvo passa a chamar-se de Vila do Bom Sucesso, anteriormente chamada de Porto Calvo dos Quatro Rios, Alagoas do Sul passa a chamar-se de Vila de Santa Maria Madalena de Alagoas do Sul e Penedo passa a chamar-se de Vila do Penedo do Rio São Francisco, somente Alagoas do Norte não foi elevada à condição de Vila por Matias de Albuquerque, o que de certa forma não ficou esclarecido.

Apenas lembrando que quando cai o Arraial de Bom Jesus em 1635, também cai a Praça Forte de Porto Calvo posteriormente retomada pelas tropas de Matias de Albuquerque,

este contou com o apoio de um aliado de Calabar que o traiu e entregou as forças militares de resistência que o enforcaram por garroteamento e depois o esquartejaram.

Forças mais poderosas, vindas da Espanha ao sentir o governo do ministro Conde de Olivares e o perigo que se corria a Coroa Espanhola em perder o nordeste brasileiro para os holandeses e entraram em renhidas lutas ali morrendo em uma delas D. Luís de Rojas y Borjas que substituirá Matias de Albuquerque que absurdamente foi embarcado e preso para Madrid a fim de responder uma devassa como responsável pelo sucesso das armadas holandeses em Pernambuco. (GUERRA, 1970, p.49).

Em 1636 acontece uma das maiores batalhas terrestre das tropas holandesas contra as tropas da resistência luso-espanhola e brasileira na famosa Batalha de Mata Redonda (numa fazenda com esse nome) situada hoje entre os municípios de Porto Calvo e Porto de Pedras, quando Rojas y Borja em combate foi morto.

Antes disto, ele mandou as tropas de artilharia para Alagoas do Norte e preparou o caminho para marchar sobre Porto Calvo, que se achava ocupado por tropas holandesas que Berja pretendia reocupa-lo, passando antes por Barra Grande (litoral de Maragogi) onde confronta-se com tropas holandesas tanto as tropas de Sigismund Van Schkoppe quanto as de Artschofsky. Essas tropas se reencontram na Batalha da Mata Redonda em 18 de janeiro de 1636 onde as tropas da resistência são derrotadas, e em março de 1637 Porto Calvo é retomada pelos holandeses, agora chefiados por Nassau que:

Marchou decidido à frente de 30 mil homens brancos e mil índios contra Porto Calvo, enquanto o acompanhava uma esquadra de 24 Navios onde a vontade de ferro do Príncipe de destruir a casa de “marimbondos” de Porto Calvo custasse o que custasse acerou o ânimo e a coragem de cada um dos combatentes. (GUERRA, 1970, p. 50).

Em 1637 O Conde João Maurício de Nassau chega a Pernambuco e logo assume o comando das tropas holandesas determinando uma primeira entrada após atravessar grande parte do território alagoano no sentido norte-sul, fazendo construir próximo a rocheira de Penedo um Forte (fortaleza) chamado Maurício para dominar toda a área do São Francisco. Neste mesmo ano as tropas de Sigismund Van Schkoppe se organizaram em Jaraguá e se dirigiram por terra até Penedo, para reforçar a sua defesa.

Quando Maurício de Nassau assumiu o guerreiro da Cia. Das Índias Ocidentais ele teve que tomar algumas decisões imediatas: 1) adquirir a confiança dos portugueses e seus descendentes para poder continuar se abastecendo do açúcar; 2) captar a confiança dos índios que muitos deles eram inimigos ferrenhos dos portugueses; 3) dar combate aos quilombos e ocupar os locais de fornecimentos de escravos lá da África; 4) dar combate aos salteadores, reorganizar a pecuária e estimular o abastecimento inteiro de alimentos de subsistência e de exportação (cana de açúcar).

Depois de derrotar os últimos luso-brasileiros que ainda resistiam em Pernambuco, o Conde de Nassau considerou o domínio da Companhia no então chamado Brasil Holandês. Nassau passou para a história como bom estadista. Usou de moderação política e tolerância religiosa na convivência com os pernambucanos. Para isso muito contribuiu o seletivo grupo de 46 intelectuais que acompanharam- homens cultos, artistas e cientistas, cujas obras expressam magnificamente a natureza e a sociedade do Nordeste da época. Naturalistas como Zacarias Wagener, Jorge Marcgrav e Guilherme Piso escreveram “História Naturaslis Brasiliae” publicado na Holanda em 1648 que foi considerado até a primeira metade do século XIX a fonte mais completa para o conhecimento de plantas, animais e habitantes do Brasil. Em belíssimos desenhos, pinturas e gravuras e Frans. Post. Albert Eckhout e Zacarias Wagener que pintaram paisagens nordestinas, vilas, engenhos animais diversos, índios, africanos, “cenas de guerra”, “natureza morta”, a “dança dos Tapuias” e o cotidiano da cidade de Maurício etc. à partir da sua observação direta”. (PUNTONI, 1995, p.8).

Para que se possa avaliar os custos, mesmo que de “forma superficial” dos lucros que os holandeses teriam obtido com a invasão, contabilizando também as despesas e/ou prejuízos eventuais num período de guerras, foram exportados para a Holanda em 1639 nada menos que 3 mil caixas de açúcar, deixando uma receita de 401 mil florins.

Lembrando também que era em Amsterdam que ficava a maior bolsa de valores do açúcar em toda a Europa. Deu para entender o que estava por trás da famosa Guerra do Açúcar? E quanto ela custou em vidas humanas resultante do conflito e da ocupação no território nordestino?

Maurício de Nassau propõe a criação e coloca para funcionar na época uma “câmara dos Escabino” uma espécie de câmara municipal cuja inovação para a época era bastante louvável, na qual era composta por brasileiros, portugueses e holandeses, cujas notícias “desta novidade” atrai a atenção de alguns proprietários de terras das Alagoas, não por serem democratas, mas sim, para dominar as suas estruturas políticas ao que pressupõe-se, bastando apenas estudar a sua história das mentalidades para melhor compreender cada contexto histórico vivencial ou do passado.

Foi por intermédio de Nassau que se construiu pontes, palácios, escalou-se o financiamento de dívidas dos senhores de engenho que estavam destruídos ou semidestruídos pelas guerras desde que venderam os seus açúcares para os holandeses. A base desses financiamentos era proveniente do Capital Judeu instalado na cidade do Recife, assim, Nassau intermediava para evitar abusos e aumentar a rede de fornecedores do açúcar aos batavos da Cia. Das Índias, conforme podemos verificar na tabela 10 abaixo:

Tabela 10 - Brasil holandês: exportações de açúcar branco pela Cia. das Índias.

ANOS	CAIXAS	ANOS	CAIXAS
------	--------	------	--------

1631	828	1644	8.587
1632	1.514	1645	7.279
1633		1646	2.704
1634	2.117	1647	1.273
1635	2.657	1468	1.175
1636	4.787	1649	1.424
1637	1.899	1650	999
1638	5.687	1651	559
1639	8.288	Total	92.610
1640	8.974		
1641	14.542		
1642	10.739		
1643	10.812		

Fonte: (WATJEN, 1938 apud PONTONI, 1995 p. 14).

Em 1641 as notícias chegaram a Bahia e ao Rio de Janeiro sobre a retornada do trono de Lisboa para as mãos de um português, alterando as relações de poder entre Lisboa e Amsterdam e também entre holandeses e luso-brasileiros, onde as tropas da resistência continuaram operando apesar da sua inferioridade numérica, e logística.

É o Conde Bagmolo que ascende o comando das tropas da resistência indo se refugiar em Alagoas do Norte, parando as tropas de Nassau obrigando-os a fugirem para Alagoas do sul e depois fugirem para Penedo, atravessando o Rio São Francisco indo se refugiar em Sergipe onde organizou em São Cristóvão (antiga capital de Sergipe) uma campanha de guerrilha contra os invasores holandeses e em Penedo o Forte Maurício mantinha-se como o principal ponto de resguardo da fronteira holandesa ao sul de Pernambuco.

Em dezembro de 1639 chegava a Alagoas o Governador Geral do Brasil, Dom Fernando de Mascarenhas com informações secreta que objetivavam resolver as coisas e acabou que a operação estratégica foi um verdadeiro fracasso, já que as tropas portuguesas, foram derrotadas por terra e por mar pelos holandeses.

Por esses motivos, é assinado um tratado de paz - a trégua dos Dez Anos em 1642- quando suspendem as ações bélicas. Nassau se aproveita desse motivo histórico para atacar e dominar os portugueses no litoral de África, São Paulo de Luanda ou Angola, Angola de toda, e as Ilhas de São Tomé e Príncipe, além de conquistarem Sergipe e Maranhão e terem tentado

novamente, sem sucesso, invadir Salvador na Bahia, cuja atitude de Nassau causa profunda indignação e rejeição pelas populações locais nas áreas por ele dominadas.

Em 1644 como último ato oficial Maurício de Nassau inaugura as pontes que unem a cidade de Maurício na Ilha de Antônio Vaz ao Recife, convidando o povo para assistir a lenda de um boi voador que conseguia realizar tal intento fazendo um boi com cabeça e tudo, recheado por palhas que deslizou sobre um cabo de um lado para o outro lado impulsionado por fogos de artifício. Assim nasceu a “lenda do boi voador holandês”.

Nassau entrega o seu cargo ao Conselho da Cia. Das Índias, embarcando para a Paraíba para logo em seguida ir para a Holanda. O fim do governo de Nassau coincide com a cobrança dos empréstimos concedidos pelos judeus holandeses a elite açucareira pernambucana, cuja ameaça de terem as suas terras confiscadas ou hipotecadas, ou sob outras formas de confisco, foram tendo isto a época um sinal de ruptura nas relações entre luso-brasileiros e holandeses.

A famosa insurreição Pernambucana nada teve de épico em suas causas não passou de uma luta entre as classes dominantes, o latifundiário devedor e o comerciante credor, sendo que este holandês, protestante e estrangeiro estava em desvantagem naquele momento da história, pois não conseguira criar raízes culturais permanentes no território brasileiro, e principalmente tornar-se uma classe proprietária (LOPEZ, 1981, p. 56).

A essa altura dos acontecimentos históricos, em 1645 chegaram a Alagoas informações de que os proprietários agrícolas e os comerciantes de Olinda e do Recife teriam assinado um documento definitivo, fechando questões em termo do compromisso de lutarem até o fim para expulsar definitivamente os holandeses do nordeste do Brasil.

Por outro lado, a Coroa Portuguesa desenvolvia esforços diplomáticos com o Governo Holandês no sentido de entregar definitivamente todo o território do nordeste do Brasil que estivesse sob domínio holandês.

Segundo as pesquisas do historiador pernambucano Evaldo Cabral de Mello em sua obra *O negócio do Brasil: Portugal, os países Baixos e o Nordeste (1641/1669)* na qual ele investigou os bastidores de que estava sendo planejado e articulado entre as duas coroas europeias entregar o nordeste aos holandeses como pagamento de uma velha dívida do empréstimo inicial (e sequencial) referente as instalações dos primeiros engenhos de açúcar fruto, do capital judeu-holandês ao longo da história do Brasil colonial.

Todos os estudantes brasileiros aprendem que os holandeses foram expulsos do Brasil em 1654, numa guerra valente provida contra eles por índios, negros e portugueses. Só faltou explicar como essa gente armada de espingarda, espada e arco e flecha foi capaz de vencer a principal potência econômica e militar do sec. XVIII onde em “O NEGÓCIO DO BRASIL...” o historiador Evaldo Cabral de Mello conta o que aconteceu em todas as suas etapas da negociação diplomática quando Portugal teve que ressarcir os holandeses daquela dívida antiga e negociar a saúde deles do Brasil onde os interesses da Coroa Portuguesa era entregar (por

dívida) o Nordeste brasileiro aos holandeses, mais para os que aqui estavam no palco de guerra a situação era outra bem pior. (MELLO, 1998, p. 10).

Há de se perguntar o porquê de tanta guerra se diplomaticamente a situação estava sendo encaminhada para a solução do conflito. Entretanto, tudo isso não resolveu os graves problemas daqui que eram de expulsar os holandeses definitivamente ou eles executariam todas as dívidas dos senhores de engenho e tomariam posse de todos eles e os deveres ficariam sem nada ou nenhuma posse. Era um caso de vida ou morte, ou se ganha (garantindo a posse de seus bens) ou se perderia tudo.

Não podemos esquecer de falar sobre a existência das duas Armadas Movais organizadas pelo Conde da Torre Dom Fernando com 26 galeões espanhóis, 20 navios de transporte e uma tripulação de 5 mil homens. Fugiu do Porto de Lisboa em 7 de setembro de 1638, quando nesta primeira armada lutava-se contra a insuficiência de abastecimento de víveres, despreparo da tripulação (a maioria recrutada à força nas cadeias ou mercados), além das péssimas condições de higiene nos navios e galeões onde a armada aventurou-se pelo mar. Toda a população naval foi acometida por uma epidemia de febre na qual provocou a morte de 10 a 12 por dia.

Com isso, foram sepultados cerca de 475 corpos em Cabo Verde. E em 1639 quando essa armada passou por Pernambuco já teriam falecido 872 pessoas, desta forma, essa expedição militar foi um verdadeiro fracasso.

Foi somente na expedição militar comandada pelo Conde da Torre que se consegue neutralizar um pouco do poderio naval holandês, este é um fator decisivo na luta pela expulsão dos holandeses do Brasil e consolidação do processo de restauração pernambucana.

Depois de muitas dificuldades, a segunda expedição portuguesa do Conde da Torre chega à Bahia com a maior parte dos seus homens recolhidos ao hospital da Misericórdia de Salvador. Somente em 19 de novembro de 1639 ela sai do Porto de Salvador em direção ao Ponto do Recife, cuja expedição tinha 30 galões, 34 navios mercantes, 4 mil marinheiros e 10 soldados profissionais que serviria de temor a qualquer adversário que em 12 de janeiro de 1640 teria mudado o destino da guerra a favor dos luso-brasileiros.

Com os sucessos obtidos pelas tropas da restauração de Pernambuco nas duas batalhas dos Guararapes e no monte das tabocas e no engenho da casa Forte sequenciados pela tomada do Forte do Pontal do Nazaré, no Cabo de Santo Agostinho ficou o poderio holandês reduzido a algumas provas fortificações ao longo do Costa do Nordeste.

A partir de 1645 a produção açucareira sofre declínio em Alagoas e em Pernambuco por causa da guerra é agora de quarenta mil caixas. Antes em 1638 havia desde Porto Calvo até Alagoas do Sul quinze engenhos: nove na Comarca de Porto Calvo e

seis em Alagoas (incluindo Alagoas do Sul, do Norte e São Miguel). Já em 1639 contavam-se dez engenhos em Porto Calvo, dos quais só cinco moíam, enquanto os outros foram arruinados pelas ações militares. Em Alagoas, dois seis engenhos, quatro ainda moíam. (CONSOLINI, 2011, p. 35-36).

Com o controle pleno dos centros produtores e dispondo de um porto na baía de Suape para as comunicações com a Bahia e Lisboa, restava aos naturais da terra tão somente a vinda da esquadra portuguesa para o bloqueio do porto de Recife a fim de selar a derrocada do Brasil Holandês. Nesse período a fome assolou Recife, e no confronto das duas forças antagônicas foram praticadas as maiores crueldades

É importante lembrar que na cidade do Recife, na época da invasão holandesa, logo após a rendição das batalhas em 27 de janeiro de 1654, existia cerca de 400 judeus residentes no Recife e em Mauricio (local fundado por Maurício de Nassau quando ele voltou para a Europa em 1644).

Tiveram um prazo de três meses para liquidar seus negócios e abandonar o país cujo prazo dado era por demais diminuto a população Judeia entre cristãos novos convertidos ao judaísmo cresciam os temores dos castigos do Tribunal da Inquisição de Portugal” onde tomados de medo e pavor “cercou de 400 judeus ganharam o oceano em busca dos Países Baixos e outros se estabelecendo no Caribe Martinica e Barbados, Jamaica e Curaçao onde se dedicaram a indústria de açúcar” fundando novos engenhos e cultivando mudas de cana levadas de Pernambuco, bem como as técnicas de plantação de fumo. (SILVA, 2004, p. 01).

O ápice da presença judaica em Pernambuco foi a edificação da Sinagoga do Recife-Zur Israel que tinha os números 12 e 14 da Rua de Bom Jesus, recebendo nova numeração no século XIX passando a ostentar os números 197 e 203.

Só muito tempo depois por uma pesquisa feita pelo historiador José Antônio Gonsalves de Mello, confrontando as plantas urbanas da cidade do Recife do início do século XIX, cujo trabalho científico rendeu o reconhecimento nacional do local, mandando-se afixar uma placa de bronze no local exato onde em casa que existiu nesse local funcionou de 1636 a 1654 a primeira sinagoga israelita das américas, isto em 1992 quando as comemorações do Ano Sepharad assinalando os 500 anos da expulsão dos judeus da Espanha, cuja restauração da citada Sinagoga do Recife foi finalizada pelo Banco Safra.

3. O PATRIMÔNIO HISTÓRICO- CULTURAL DE PORTO CALVO

É inevitável não falar sobre o contexto histórico de uma cidade com uma representatividade tão intensa como a de Porto Calvo. Ela é uma das cidades históricas mais importante de Alagoas. Foi uma das primeiras a serem fundadas no final do século XVI, mais precisamente por volta de 1590/1595.

Porto Calvo dispõe de um riquíssimo patrimônio histórico-cultural na qual lançou as bases da monocultura da cana de açúcar e que nem sempre soube aplicar ou desenvolver atitudes de preservação de seu próprio patrimônio histórico-cultural:

As discussões sobre história, memória, patrimônio, passado, sabemos todos que nenhuma destas palavras tem um sentido único. Foram um espaço de sentido múltiplo, onde diferentes versões se contrariam porque saídas de uma cultura plural e conflitante. A noção de “patrimônio histórico” deveria evocar estas dimensões múltiplas da cultura como imagens de um passado vivo acontecimentos e coisas que merecem ser preservadas porque são coletivamente significativas em sua diversidade. Quando se fala em patrimônio histórico, pensa-se quase sempre em uma imagem congelada do passado: um passado paralisado em museus cheios de objetos que ali estão para atestar que há uma herança coletiva. (PAOLI, 1992, p. 72).

Porto Calvo é o nosso objeto de estudo e discussão neste presente trabalho. Ele foi, de certa forma, bastante questionado e até polêmico em relação ao seu patrimônio histórico-cultural, pois, na sua essência, geralmente ignoram ou não levam em conta os

procedimentos de preservação do seu patrimônio que é extremamente rico e diversificado na sua origem e natureza específica, enquanto bem cultural.

É importante e extremamente necessário ao município de Porto Calvo guardar e, acima de tudo, preservar o que resta do seu rico e diversificado patrimônio histórico-cultural, inclusive, debatido em sala de aula, no barzinho, na feira ou em qualquer outro lugar do município, de forma competente e comprometida com os valores culturais da comunidade portocalvense.

Porto Calvo carrega consigo e é detentor de um rico artesanato em cerâmica e palha. Possui um patrimônio arqueológico, tanto pré-histórico quanto histórico, de origem portuguesa e holandesa.

Quando os habitantes de Porto Calvo, cavarem o solo para fazerem uma fossa ou um alicerce de uma casa, às vezes eles encontravam capacetes holandeses ou de origem portuguesa, balas de canhões ou outros artefatos bélicos, utilizando-os como elemento decorativo.

Para que se possa ter uma ideia dessa potencialidade dos sítios arqueológicos, históricos, natural, material ou imaterial, tanto quanto de outros em que geralmente não se deva quase nenhum valor a isto e que nem o poder público municipal teve a sensibilidade e esforço no sentido de reunir todas estas peças ou artefatos em um Museu - que Porto Calvo deveria ter para abrigar parte da sua história - já que Porto Calvo se respira história por todos os redores de seu território, seja na sua área urbana ou rural e tudo isto foi colocado num segundo plano das prioridades por falta de sensibilidade, inteligência e até de uma “sacada política” para perceber o quanto isto foi importante para o município e a sua gente.

Nova gestão se implantou na cidade, com um olhar mais turista, colocam em pauta a conservação do patrimônio para os bens econômicos, entretanto, para chegar ao nível necessário de conservação patrimonial, seria preciso um esforço maior (a cidade não cresce sem o trabalho de sua população).

Há imensos questionamentos, equívocos e planos para serem realizados. Porém, há possibilidades de diminuir essas lacunas do descaso com a história e a memória de Porto Calvo. Qualquer município pode fazer projetos, abrir editais educativos e culturais ou de qualquer outra natureza enquanto área de pesquisa destinado a atender as demandas de cada comunidade.

Para se ter uma ideia da potencialidade arqueológica de Porto Calvo, que sempre está a nos surpreender, em 2015 descobriu-se um achado arqueológico de enorme valor histórico: o

Forte Bass, que é algo importante para a cidade. Este fato mostra a necessidade de maior valorização aos patrimônios, independente de qual tipo seja ele,

A avaliação do contexto patrimonial, por mais que seja nítida sua participação nos principais embates e combates contra a perda de identidade patrimonial, ainda estamos constantemente sujeitos a descobertas de vestígios materiais em terras portocalvenses, como se tem provado a cada momento.

Antes de nos aprofundarmos nesse tópico tão preciso, é importante sabermos sobre as bases dos patrimônios, o que é e como podemos preservá-lo, pois o patrimônio não se determina só nos seus vestígios materiais.

É pertinente questionarmos sobre o que é patrimônio. Os autores Pedro Paulo Funari e Sandra de Cassia Pelegrini, trazem a discussão sobre essa perspectiva híbrida de patrimônio, na obra *Patrimônio Histórico e Cultural*, eles afirmam que:

Quando falamos em patrimônio, duas ideias diferentes, mas relacionadas, vêm à nossa mente. Em primeiro lugar, pensamos nos bens que transmitimos aos nossos herdeiros — e que podem ser materiais, como uma casa ou uma joia, com valor monetário determinado pelo mercado. Legamos, também, bens materiais de pouco valor comercial, mas de grande significado emocional, como uma foto, um livro autografado ou uma imagem religiosa do nosso altar doméstico. (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p. 09).

Ainda sobre o olhar patrimonial, os autores Paulo Funari e Sandra Pelegrini, trazem a segunda ideia de que “o Patrimônio Espiritual” seria uma interpretação da memória ancestral, passada de geração a geração, na qual podemos ver nos contos tradicionais de cada região os costumes, danças, músicas, entre outros.

A esse sentido legal do termo, devemos acrescentar outro, não menos importante: o patrimônio espiritual. Quando pensamos no que recebemos de nossos antepassados, lembramo-nos não apenas dos bens materiais, mas também da infinidade de ensinamentos e lições de vida que eles nos deixaram. (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p. 10).

Como podemos analisar, o patrimônio se conceitua de diferentes formas, sua conexão sempre será sobretudo dos vestígios históricos. Não importa se for palpável, visual ou até mesmo simbólico, a carga cultural sempre será prioridade no requisito histórico. O que nos resta é a preservação dessas riquezas, tanto materiais, imateriais quanto naturais.

Vários são os questionamentos que nos perseguem. Para uma cidade ter o anseio de buscar a identidade patrimonial é necessário fazer com que esses ideais seja algo prático e não puramente teórico, e que os conceitos de patrimônio sejam implantados sutilmente nas diversas camadas sociais da cidade. Seja através da implantação de uma disciplina a mais no currículo das escolas públicas municipais sobre a História de Porto Calvo, ou até mesmo em cursos de formação continuada para os professores.

Deste modo, acreditamos que se criará o hábito de discutir sobre a história, a geografia, os bens culturais, preservação de sítios históricos, arqueológicos da cidade de Porto Calvo. Além de visitar os espaços históricos, com a presença de um professor especialista

O Prefeito do município, juntamente com os vereadores, no uso de suas atribuições pode propor projetos que valorizem a preservação e conservação desses bens culturais; fazer convênios com a Secretaria de Cultura do Estado de Alagoas para dar-lhe a apoio técnico, logístico e financeiro; além do apoio do Governo Federal através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ou das Agências de fomento à Cultura Nacionais.

É necessário a junção dos diversos setores ou classes sociais para elaborar estratégias com a finalidade de promover ações culturais que privilegiam a preservação dos bens culturais. De acordo com a autora Regina Coeli Pinheiro da Silva, deve-se “informar a população sobre o significado de um sítio arqueológico e, junto com ela desenvolver os trabalhos de salvamentos, sem que ela venha se sentir lesada em seus direitos, no que diz respeito ao uso de suas propriedades” (SILVA, 2007, p. 210).

Acreditamos que isto não vale apenas para os sítios arqueológicos, mas também, para todas as atividades e construções culturais da cidade, seja ela uma praça, museu, estátua, festivais e etc., todas as práticas culturais necessitam de propagação. Compreende-se que vivemos em um mundo muito moderno e de constante evolução, contudo, jamais devemos pensar ou entender os conceitos históricos como algo ultrapassado, esse pode ser um pensamento perigoso. Já fomos vítimas de descuidos em nosso país, um exemplo explícito foi o Museu Nacional na Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro, um descuido que provocou o incêndio³ no Museu Nacional do Brasil, em 2 de setembro de 2018.

³ por super aquecimento de ar-condicionado causado por curto-circuito que não se imaginou ou verificou os sérios riscos de “montar uma gambiarra” próximo ao teto do museu Nacional do Rio de Janeiro com a “proteção” de uma lona plástica para evitar as goteiras existentes naquela área onde teria começado o incêndio. Será que ninguém pensou nisso que o plástico é inflamável e poderia esse incêndio ter sido evitado, mais preferiu-se correr o risco de um incêndio como o que aconteceu no Museo Nacional de Rio de Janeiro, Museo este que fundado por D.João VI- juntamente com a Biblioteca Nacional- na época Museu e Biblioteca imperial que abrigava um riquíssimo acervo arqueológico onde na sua entrada tinha o esqueleto montado de uma preguiça pré-histórica além de mastodontes (elefantes pré-históricos), e ossadas de Toxodonte (parentes pré-histórico dos hipopótamos e Capivaras) além dele ter fósseis os mais diversos de homens e animais já desaparecidos, arte indígena de tribos já extintas além de arcos, flexas, lanças, tacapes, arte asteca, maia e inca (Mochica e Chimu do Chile), Egípcia, Fenícia, Mesopotâmia, Índia (Hindu) e até Chinesa; tudo isto tinha no Museu Nacional além de livros, escritos de naturalistas que teriam visitado e escrito sobre o Brasil do século XVIII, XIX e início do século XX além dos estudos feitos pelo naturalista alagoano Ladislau Neto e de outros cientistas da época como Roquete Pinto e outros que se doaram para que aquele Museo pudesse guardar a ciência e a memória do nosso país que foi consumido pelo fogo- sem que ninguém pudesse ter sido culpado por isso ou punido- onde a “população” e a “nação brasileiro” é quem só perderam para o resto de vida um patrimônio histórico, cultural e arqueológico que foi reunido durante séculos- desde 1808 até 02 de setembro de 2018- fruto de todo um processo de

Com isso, ficamos mais pobres, praticamente órfãos de um patrimônio que era “a cara do Brasil” e nos sentimos praticamente abandonados pelos cortes de verbas, contingenciamento, desvio de verbas públicas que não garantem a continuidade dos projetos já existentes e aprovados, imaginem os novos projetos que ainda não foram aprovados.

A indignação que nos toma conta é em sabermos que o incêndio ao Museu Nacional durou cerca de seis horas, e 90% do seu acervo foi destruído. Lá se encontravam coleções que não podemos esquecer, como por exemplo, a Declaração de independência do Brasil de 1822, o documento da Assembleia Nacional Constituinte de República 1890/1 (que marcou o fim do Império no Brasil e vários outros documentos de época). Como descrito pelo site Uol, na reportagem de Carolina Cunha:

O acidente do Museu Nacional poderia ter sido combatido, mas foi prejudicado pela falta de investimento e a má gestão de riscos. Além de problemas na estrutura, o edifício histórico não tinha um plano de proteção e combate a incêndios, o que o deixava em situação irregular...” reiterando, é mais do que claro que esse acidente como vários outros deve em sua causa a falta de manutenção e poderia ser resolvido caso o cuidado nesse setor fosse mais abrangente. (CUNHA, 2022).

Mais revoltante que isso é nos depararmos com tragédias feitas diretamente por mãos humanas, de forma irresponsável. Crime passível até de prisão dependendo do nível de dilapidação do patrimônio arqueológico ou cultural como é o caso de alguns acontecimentos na cidade de Porto Calvo.

Em 2016, como relata a reportagem da TV Gazeta, no dia 01 de março foi encontrado uma suposta construção colonial de uma estrutura rudimentar para drenagem de águas pluviais, descoberta as margens do rio Mundaú, antes mesmos de uma avaliação profissional de um arqueólogo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ou até de um arquiteto do IPHAN.

Alguns moradores da cidade invadiram o local, destruindo sem consciência a estrutura original, deixando o local em destroços. Nessa cena não é colocada só em destaque as atitudes dos moradores invasores, mas também, a dos responsáveis pela construção da pista, que ignorou a descoberta do local e continuou com a construção aniquilando um possível sítio histórico, como relatado na reportagem: o IPHAN informou ainda que os achados de valor histórico estão protegidos por lei e são patrimônio da união. Por isso não podem ser feitas alterações antes dos levantamentos. (POPULAÇÃO..., 2016).

dedicação para reuni-lo e organiza-lo, inúmeros sacrifícios para mantê-lo aberto ao público e de inúmeros estudos e pesquisas (quando o naturalista Alagoano Ladislau Neto propôs e criou a “Revista” do Museu Nacional do Rio de Janeiro que se tornou uma revista científica tratando de botânica, ecologia, vertebrados e invertebrado, museologia e outras temáticas de sua natureza respeitada em toda a América Latina) a partir do seu riquíssimo acervo e sem ele (o acervo).

Se refletirmos bem, vivemos em um tempo de desmemória e desrespeito à memória e aos patrimônios históricos e culturais de Alagoas. Quando a capacidade de abandonar e destruir são maiores do que a de preservar e proteger, é algo extremamente triste e infeliz, porque as atuais gerações vão nos cobrar o porquê não conseguimos preservar o que é ou o que deveria ter sido preservado, e não o foi por displicência, omissão ou irresponsabilidade desta ou daquela comunidade pertencente a Porto Calvo, infelizmente.

Mas é propício ressaltar que existem instituições e outros órgãos que desde a sua criação vem trazendo um alento para as pessoas que lutam por uma política de preservação dos sítios históricos e culturais em nosso país, tentando preservar e resgatar aquilo que é possível e necessário. Há um projeto da construção de uma ponte para a junção do Fortim com a cidade para a facilitação da locomoção entre esses dois setores, mas continua no papel, sem previsão de iniciação.

O patrimônio cultural imaterial é relacionado aos elementos espirituais ou abstratos, tendo em si várias fontes, como: os saberes, o modo de fazer, as habilidades, às crenças e práticas de um grupo de uma época específica passado aos seus familiares e sociedade ao longo dos anos. Em Porto Calvo podemos visualizar e sentir esses dois princípios patrimoniais, os patrimônios que já estão sendo preservados, os que estão em constante luta para serem lembrados.

A partir de 1936/7 quando foi criado o primeiro órgão patrimonial – o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) – constituído pelo decreto da Lei de nº 25 de 30 de novembro de 1937. Referenciar esse organismo federal de proteção ao patrimônio estava ligado aos intelectuais e artistas brasileiros que fizeram parte da Semana de Arte Moderna (1922), Mário de Andrade (1893-1945) foi um dos pensadores, idealizador e articulador da criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Posteriormente, criou-se a primeira lei de tombamento do Patrimônio Histórico, aplicada diretamente na cidade mineira de Ouro Preto - MG (esta cidade histórica, uma das capitais do Barroco mineiro, foi a primeira a ser tombada no Brasil e elevada à condição de Monumento Nacional).

Um dos primeiros presidentes do SPHAN foi Rodrigo Melo Francisco de Andrade. Ele elaborou os primeiros fundamentos teóricos e metodológicos sobre o funcionamento do SPHAN que por mais de 30 anos buscou conferir ao país o desenvolvimento de uma política de preservação do patrimônio, associado a identidade cultural e a memória nacional.

A atuação do SPHAN no campo da Museologia por grupo pode ser considerada tímida se comparada aos tombamentos dos bens edificado, cuja preservação foi privilegiada pelo órgão composta majoritariamente por arquitetos. Apesar disso

iniciativas importantes marcaram um novo alento para os museus em geral, a exemplo de medidas que procuravam impedir a evasão de acervos do país e a implantação de uma política de criação de Museus Nacionais. Inicialmente implantado o Museu Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro em 1937, reunindo todo o acervo da Academia imperial de Belas Artes; o Museu da Inconfidência em Ouro Preto em 1938 com acervo referente aquele movimento, a arte barroca e à cultura material do ciclo minerador e o Museu das Missões no Rio Grande do Sul em 1940 com o objetivo de preservar a cultura das Missões Jesuítas. (JULIÃO, 2000, p. 24).

O serviço de preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que muito tempo depois se torna Instituto de Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que não é em si uma simples troca de nome, mas sim, de paradigma, com uma “cara” própria, interesses próprios e renovadores, revistos além de orçamento financeiro próprio e autonomia administrativa como uma autarquia do Governo Federal que lhe deu condições para identificar, propor, fazer uma série de ações direcionadas à preservação dos bens culturais em nosso país, tão carente destes tipos de iniciativas.

É neste contexto histórico que o IPHAN adota o pluralismo cultural já pensado por Mário de Andrade em 1936. Quando este órgão foi criado, passando a adotar o conceito de patrimônio restritivo, não era necessário tombare toda uma cidade histórica, (pois sairia muito caro para o governo ter que indenizar todos os seus habitantes), mas sim, definir “zonas possíveis de tombamentos” que de agora por diante passa a ser a política adotada pelo IPHAN.

Conforme afirma Julião (2000, p. 24), “sobretudo, o SPHAN foi responsável pelo processo de entronização do barroco, convertido, naquele momento, em centro da política de preservação do patrimônio simbólico da identidade nacional”.

Com o SPHAN na coordenação política dos museus e preservação do seu patrimônio histórico, a coordenação política do Museu Histórico Nacional acabou perdendo terreno em relação aos demais museus brasileiros, mas apesar disso, a ação museológica do novo órgão pouco inovou em relação a alguns princípios fundadores do Museu Histórico Nacional onde privilegiou-se os fatos e os personagens históricos excepcionais, sobre a preponderância dos critérios estéticos e a raridade das suas coleções (formadas há pouco tempo) privilegiando a ideia de que o museu deveria servir também para educar o povo “preparando-a para o progresso e a civilização” (JULIÃO, 2000, p. 25).

Em 1968 inaugurou-se o Museu do Folclore anexado ao Palácio do Catete, na sede do Museu da República, reunindo o trabalho feito por folcloristas das décadas de 1940/50, misturando elementos da cultura popular e erudita.

Em 1967 Rodrigo de Melo Franco se aposenta e Renato Soeiro assume a direção do IPHAN, observando a adequação entre os fundamentos teóricos e práticos do Instituto do Patrimônio e os diversos documentos internacionais (Carta de Atenas, Carta de Roma, Carta de Paris, etc.) ajustando-o às novas orientações emanadas e definidas pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) para todo o mundo sobre a preservação dos bens culturais definidos pela UNESCO.

Em 1975 é criado no IPHAN o Centro Nacional de Referência Cultural, considerado como uma das indicativas de modernização da política durante a Ditadura Militar. Em 1979 Aluísio Magalhães substituiu Renato Soeiro na direção do IPHAN, sendo criada neste mesmo ano a Fundação Pró-Memória que teve papel importantíssimo no processo de tombamento da Serra da Barriga, em Alagoas. Esta fundação recuperava uma antiga proposta pensada por Mário de Andrade de uma “etnografia generosa” respeitando a complexidade do nosso patrimônio brasileiro.

Nas décadas de 1970/80 ocorreu uma verdadeira revolução na concepção de patrimônio em virtude das novas conjunturas políticas, sociais e culturais. Neste período, índios, negros quilombolas e segmentos populares, estavam envolvidos com as novas práticas preservacionistas, relacionadas as mudanças de conceito e princípios atrelados em última instância com o processo de redemocratização em nosso país, conforme a Constituição Federal do Brasil de 1988.

Além da preservação dos “testemunhos da nação” como um todo, o reconhecimento do valor dado aos diversos grupos étnicos e sociais como sujeitos com direito à memória, ao patrimônio e a sua democratização como concepção e prática, onde todos eles reivindicavam todos eles o direito à memória.

Hoje o patrimônio cultural torna-se uma área de domínio indefinido, fluido e incerto, que se refere não mais ao legado do passado e da nação, mas a um bem, capaz de restituir a identidade de determinados grupos, dando origem a um mosaico de memórias sociais segmentadas.

No mundo globalizado, a sociedade se torna cada vez mais complexa, fragmentada, cujas referências de identidade se multiplicam em lugar da ideia de uma memória única imutável.

Aluísio Magalhães, que se tornou também presidente do IPHAN, durante a sua gestão procurou desenvolver projetos em quatro áreas de estudo: o artesanato, os levantamentos socioculturais, a história da ciência e a tecnologia no Brasil e os levantamentos acerca dos centros de documentações sobre o Brasil, fundindo-se com elementos atrelados às artes

diversas, as ciências e as tecnologias, dando um destaque maior para a Fundação Nacional Pró-Memória.

Aluísio Magalhães substituiu a noção de bens culturais vinculadas mais ao presente e ao futuro do que ao passado engessado, e ao patrimônio cultural que se constitui uma designação de tanto de objetos, edifícios, artes, monumentos etc. como por exemplo, o tombamento do terreiro da Casa Branca – reivindicado pelas minorias étnicas de origem africana – que teve uma enorme receptividade em 1984 se tornando um marco positivo na história da cultura afro na Bahia e no Brasil.

Em 1990 Fernando Collor de Melo extingue o Ministério da Cultura e a Fundação Pró-Memória desarticulando os órgãos envolvidos na preservação do patrimônio histórico e cultural no Brasil, voltando a funcionar no Governo Itamar Franco com uma estrutura jurídica da Secretaria da Cultura vinculada à Presidência da República, cuja a Constituição de 1988 regulamentou a criação do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural que voltou a se chamar de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como é conhecido até hoje.

Tentamos aqui sintetizar, em linhas gerais, o processo de evolução das ideias e concepções construídas em torno do termo patrimônio, desde o início do serviço do patrimônio até ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na atualidade, realçando os bens naturais, históricos e culturais de Porto Calvo.

3.1 O RIO MANGUABA

Porto Calvo tem estabelecido uma ligação turística entre o rio Manguaba e o Forte Bass depois de sua descoberta. Também foi nesse Rio que houve as grandes navegações. É nessas áreas, com beleza natural, que vemos imensa importância cultural para o local.

Como sabemos, Christovão Lins foi o fundador da Vila de Santo Antônio dos Quatro Rios (atual Porto Calvo) sabe-se que foi chamada por esse nome pelo fato de ter acesso circulado por quatro rios: Manguaba (que se localiza na própria cidade) Camaragibe (Matriz e Passo do Camaragibe), Tatuamunha (Porto de Pedras) e o Santo Antônio (São Luiz do Quitunde).

Todavia, sua concentração é realizada no Rio Manguaba que é o rio principal da cidade. Ainda não houve grandes desenvolvimentos na parte de locomoção adequada para chegarmos ao Forte Bass, assim, utiliza-se barcos comuns de pesca para atravessar o rio.

Existe um projeto para a construção de uma ponte para facilitar a locomoção entre os dois setores, mas continua no papel, sem previsão de iniciação. Os rios no período Colonial, entre 1641-1644, descrito por Joan Nieuhof:

Sergipe d'El Rei possui, entre outras, uma certa freguesia chamada Porto Calvo¹¹, situada entre 9 e 10 graus de latitude sul, e que vai entestar a noroeste com a freguesia de Serinhaém e o pequeno rio de Persinunga, para se estender ao Sul até o Rio Paripuera, que a divide da freguesia de Alagoas, compreendendo ao todo cerca de 12 milhas de comprimento, próximo à costa. Do lado do interior, impenetráveis florestas demarcam os seus limites. Há nesta freguesia uma aldeia a que os portugueses chamam Vila de Bom Sucesso de Porto Calvo e que anteriormente se denominava Povoação dos Quatro Rios, por se achar situada na confluência de quatro rios: o Maleita¹², o Tapamundo¹³, o Comandatuba e o Manguaba. Está edificada sobre uma eminência, a cerca de quatro milhas do mar e foi guarnecida pelos holandeses com dois fortes, o maior dos quais — o Bom Sucesso — todo construído de pedra e rodeado por uma excelente contra-escarpa, possui amplo reservatório de água potável. (NIEUHOF, 1981, p. 34-35.).

Como descrito, Porto Calvo é rodeado pelos rios, que em suas trajetórias foram fontes necessárias para a vivência do povo no período colonial. Os quatro rios, Manguaba, Tatuamunha, Santo Antônio e Camaragibe. Um dos rios que se tornou fonte constante de pesquisa foi o Rio Manguaba. Localizado na Rua Varadouro, o Rio Manguaba no período colonial, era o principal de toda ponte que remetia as rendas do território, com suas rotas marítimas, o local deve inúmeras atividades de plantio com novos cultivos vindo de diferentes locais de exploração.

Ao que se define geneticamente como patrimônio natural esse conceito termina por englobar numa categoria ainda mais geral que patrimônio cultural... A relação do homem com a natureza não pode ser entendida apenas no seu conteúdo utilitarista: dependente e dominada por ele. Embora as qualidades e qualificações dos recursos da flora e da fauna possam ser úteis ao homem, que em determinadas situações, pode e deve intervir sobre eles para aperfeiçoar a sua capacidade reprodutiva, é preciso lembrar que o meio ambiente natural é construído também de seres vivos, com funções próprias dentro dos respectivos ecossistemas, e que nem sempre inclui o homem no seu ciclo de reprodução. Mesmo que por vaidade o homem entenda que dispõe de conhecimento que lhe permitam intervir positiva e negativamente pelo homem sobre os recursos da flora e da fauna, essa certeza não se tem sido fatias para o meio ambiente natural onde os recursos de flora e fauna são destruídos em definitivo em todo o mundo, devido a esse tipo de incompreensão humana. Por essa razão instituíram-se as unidades de conservação, que se constituem num patrimônio cultural no momento em que direta ou indiretamente, contribuem para evitar que se perca no processo de desenvolvimento em que o homem se desenvolve e reproduz. As qualidades e comportamento das cadeias biológicas internas conhecidas ou não, ao serem perpetuadas mantem abertas as possibilidades de sobrevivência das espécies que tem direito à vida. (QUINTÃO, 1984, p. 49).

Podemos analisar o quanto o Rio Mangaba é importante para a cidade de Porto Calvo, não só pelos princípios históricos, mas também por todas as vantagens abrangentes a ele, como o abastecimento d'água do local, sua utilidade para a agricultura e os transportes do açúcar e outros produtos, e comunicação com outros portos e com o Oceano Atlântico. Deste modo, no passado, o Rio Mangaba foi um local de base comercial.

3.2 A IGREJA DE NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO: HISTÓRIA E ARTE

Antes de comentarmos sobre uma das mais antigas igrejas católicas de Alagoas, temos que mencionar sobre a forte presença católica na região norte (e tombamento do sul) de Alagoas. A religião Católica foi uma forte aliada no processo de conversão e conquista do território alagoano.

Assumiu, também, o papel de aliada na consolidação da empresa colonial e também do posterior desenvolvimento da província das Alagoas na qual, a sua presença na região tanto espiritual, educacional quanto cultural estabeleceram o caminho e a forma como se deu o processo de assimilação, aculturação e transculturação realizada pelas matrizes étnicas ou portuguesas e origens indígenas, africanas ou portuguesas e mais tarde dos invasores holandeses, que todos eles, cada um ao seu modo (não de forma livre e democrática, nem sempre) deixaram parte dos seus diversos traços culturais marcantes sobre a história da região e a sua própria geografia e cultura local.

As marcas da igreja através das suas diversas ordens religiosas sobre a região norte de Alagoas estão associadas a ação concreta da igreja Católica. Quanto à Igreja Católica em Alagoas não podemos deixar de comentar sobre a importância das freguesias como centro de toda a vida oficial e religiosa. Dava-se o nome de freguesias as antigas paróquias, estas eram a base de referência da vida colonial, incluindo-se a produção de dados demográficos, produção agrícola e dados políticos, constituindo-se numa unidade primária da organização nas vilas coloniais.

A vila de Porto Calvo foi uma das primeiras freguesias de Alagoas, ao que se sabe até hoje. Depois vieram as freguesias de Nossa Senhora do Rosário, em Penedo; a de Nossa Senhora da Conceição, em Alagoas do sul; e a de Santa Luzia de Siracusa, em Alagoas do Norte, e muitas outras vieram depois a se construir.

Não podemos esquecer da Igreja Brasil Colonial, primeira referência à intenção do Rei de Portugal D. João III depois de ter recebido a Carta de Pero Vaz de Caminha confirmando a sua intenção em converter a população nativa (indígena) a Santa Fé católica.

“Os invasores imaginavam (...) um sentido que fosse legitimar suas ações: este sentido era invariavelmente o do progresso, seja o Reino de Deus por Portugal; seja o da civilização contra a barbárie, segundo a mentalidade iluminista, liberal e burguesa.” (QUEIROZ, 1992, p.14).

Os índios eram vistos pelos europeus como selvagens, bárbaros, pagãos, segundo a concepção europeia da época, mas passados algumas décadas os padres Jesuítas e de outras ordens religiosas perceberam que “alguns missionários foram percebendo que estavam

desempenhando o papel de inocentes-úteis nas mãos dos conquistadores, cujo interesse era tão somente de enriquecer aos brancos.” (QUEIROZ, 1992, p. 15-16).

Um dos maiores símbolos da época da ocupação portuguesa em Porto Calvo foi a construção da Igreja Nossa Senhora da Apresentação figura 3, que ainda hoje continua intacta. A igreja foi fundada em 1610, essa data é exibida em seu frontispício. A igreja já se encontra como monumento nacional de preservação histórica do local.

Figura 3 - Igreja Nossa Senhora da Apresentação.



Fonte: Instagram História de Porto Calvo, (2020).

Em 17 de janeiro de 1955 foi reconhecido pelo Instituto do Patrimônio do Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como espaço de tombamento⁴ que inclui todo o acervo da igreja

⁴O tombamento é o instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural mais conhecido, e pode ser feito pela administração federal, estadual e municipal. Entretanto só o IPHAN pode oficializar o ato jurídico do tombamento que foi cabendo ao estado ou ao município propor-lhe o processo de tombamento que foi

Matriz. Sua arquitetura é nitidamente oriunda da criação barroca. A igreja é composta pelos principais pontos estruturais: nave, altar principal, dois altares secundários e instalações.

A centralização das igrejas nas cidades e vilas diz muito a respeito da cultura e costumes ainda vigentes em nossa sociedade, que se baseia totalmente nos costumes herdados pelos portugueses. Nos diversos festivais religiosos, cada município desfruta dessa herança cultural na qual conseguimos enxergar a grandeza dos ideais religiosos, associados a humildade, a solidariedade, o perdão e outros fundamentos do Cristianismo pregado por Jesus Cristo e seus apóstolos e pela Igreja Católica e o Papa.

Como sabemos, historicamente a igreja Católica Apostólica Romana foi por séculos a instituição mais poderosa da história da humanidade, chegando até a interromper guerras declarando a “trégua de Deus”, sacramentando a posse de reis e rainhas.

No caso específico do Brasil colonial, ela foi a mais poderosa e influente instituição de todo o período colonial brasileiro, atrás apenas do Estado Metropolitano Português que garantia o poder do Estado sobre a Igreja pela instituição do “Padroado” quando era o Rei português quem nomeava os bispos e cardeais num acordo assinado “lá atrás” entre o Papa e os reis de Portugal.

Figura 4 - Igreja de Nossa Senhora da Apresentação.



Fonte: Instagram História de Porto Calvo, (2015).

Além de ser a igreja mais antiga de Alagoas ainda de pé (como se vê na figura 4), a Igreja de Nossa Senhora da Apresentação traz em si cultura regional e uma estrutura barroca que é analisada como um templo cheio de riqueza histórica e cultural.

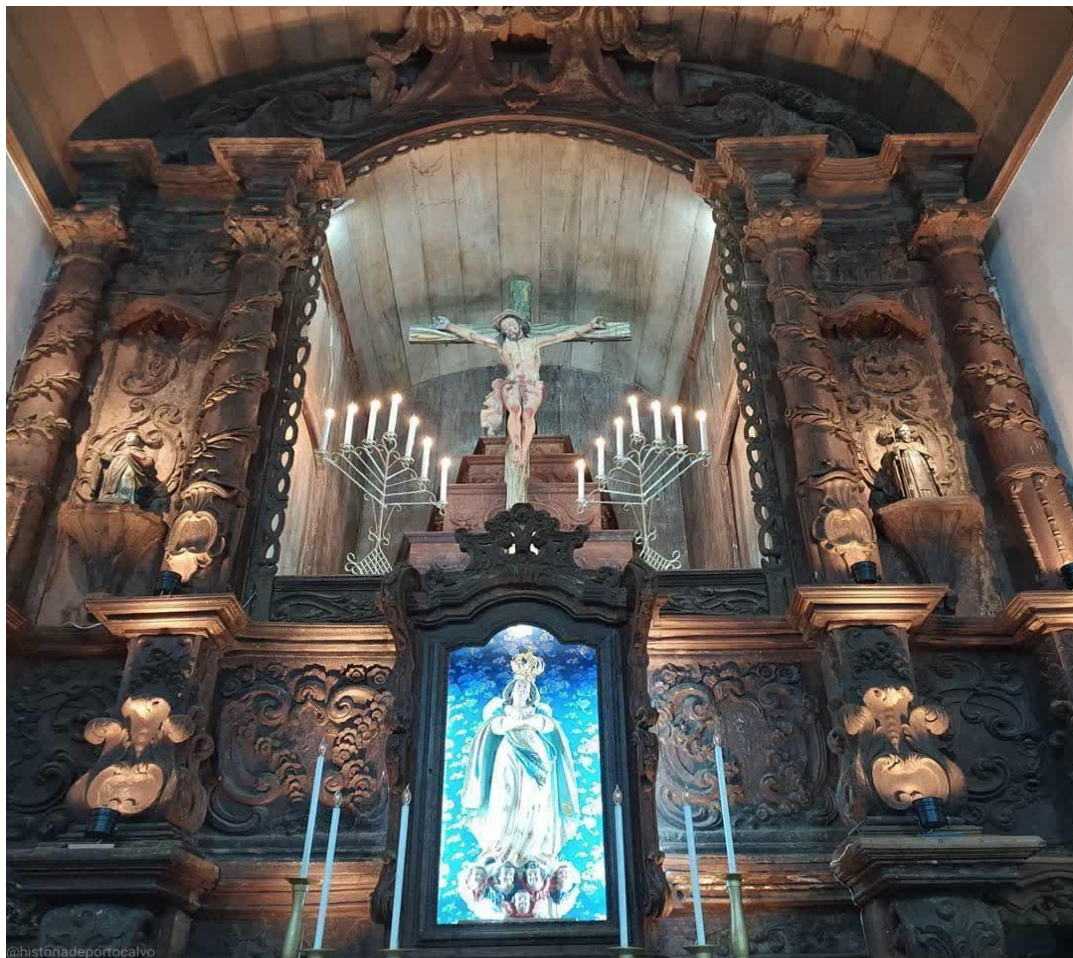
A Igreja de Nossa Senhora da Apresentação é o único templo católico de Alagoas em estilo barroco com características manuscritas (como o renascimento tardio foi denominado em Portugal) cuja fachada inspirada em modelo de frontão triangular greco-romano, lembra muito bem as principais características da arte renascentista em sua fachada. Mas no restante do templo todas as suas demais características são da arte barroca, a começar pelas suas 03 portas almofadadas com as suas longas janelas acima das portas almofadadas, uma torre sineira do lado esquerdo do templo. Portas, janelas e ponte da fachada do templo estão revestidas por calcário, nos seus portais e janelas.

A parte interna do templo é mais bem trabalhada e acabada mesmo sabendo que os portugueses dispunham de vários arquitetos, mestres-de-obras, pedreiros, carpinteiros, marceneiros, e artesãos geralmente vindos da Europa, ao passo que os pintores e os escultores eram mais raros naquela época, no início da nossa colonização.

Em termos arquitetônicos, o barroco se manifestará menos nas fachadas externas, e muito mais na decoração interna: é significativo a asombrosa “capeta dourada” contribuição à retórica da ideia – sistema do estilo. Do pulpito (...) dar ênfase à palavra, não para demonstrar, mais para convercer e, sobretudo dissuadir, da mesma maneira com a ênfase plástica decorador pretende concentrar a sua atenção num labirinto de formas (...) As paredes e tetos desses ambientes obsessivos são florestas carregadas de anjos, pombas da páscoa, manifestações ilusórias do espaço infinito numa só cor – o ouro. (BARDI, 1982, p 15.).

No Altar-mor (que quer dizer altar maior, ver figura 5) está ele ricamente ornamentado com um nicho recuado onde aparece com destaque a escultura de Jesus Cristo crucificado iluminado por 02 castiçais (um a cada lado da imagem) uma espécie de “escadaria em madeira” por trás do Cristo Lembrando simbolicamente a sua ascensão ao céu, mais 04 colunas em madeira (duas de cada lado do altar, lisas (não salomônicas, tipicamente barroca) circundada por uma rica ramagem lembrando cipós e folhagens típicas da mata atlântica nativa da região, acrescida de dois “falsos nichos” com a imagem de santos da Igreja Católica Santo Amaro e São Gonçalo.

Figura 5 - Igreja Nossa Senhora da Apresentação: ALTAR-MOR.



Fonte: Arquivo da autora, (2022).

Na parte superior do Altar-mor “está pregado” o símbolo da ordem religiosa que deu origem ou construiu o templo de Nossa Senhora da Apresentação de Porto Calvo que estamos a falar sobre ela.

Na parte intermediária do Altar-mor (entre o teto e o piso do templo) está situado o nicho dedicado a Nossa Senhora de Apresentação que chama a atenção de todos nós e é símbolo de devoção e fé pela população católica portocalvense, que encontra-se ladeada por duas colunas em madeira ricamente esculpidas contendo elementos decorativos como folhas, folhagens, flores e até frutos, dando um efeito visual impressionante de rara beleza, acrescida das colunas propriamente ditas em número de 04, sendo duas em cada lado do altar. O retábulo com motivos ornamentais do final do barroco com talha proeminente e voltas bem douradas.

A igreja de Nossa Senhora da Apresentação tem uma nave única onde destaca-se o púlpito, o arco-cruzeiro e no alto um balcão do Coro. Destaca-se também um nicho com molduras retilíneas em pedra que pertence à planta original do templo com a imagem de N.S.

do Rosário (do século XVIII), cujos altares laterais, tetos, ornamentos, e pinturas compostas por elementos decorativos (já desaparecidos).

Mesmo os retábulos tendo perdido grande parte do seu revestimento de “folha de ouro”, percebe-se que a exuberância barroca está mantida através da beleza de suas talhas de refinados recortes e folhagens.

A matriz de Nossa Senhora da Apresentação que está entre os templos mais antigos do estado de Alagoas, apesar de ter sido concluída em 1610, somente em 1955 é que ela foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional revelando momentos de abandono e restaurações nem sempre bem sucedidas.

A Igreja de Nossa Senhora da Apresentação costuma ser um meio para a atividade sociocultural e religiosa tendo um grande protagonismo na história da cidade, valorizando as suas tradições populares que se enquadram dentro do contexto dos bens imateriais e/ou materiais.

No dia 21 de novembro de cada ano é comemorado o dia de Nossa Senhora da Apresentação, a padroeira local do município. Na comemoração, realiza-se um momento de consagração através da primeira eucaristia, missas e procissão.

Este acontecimento traz para a cidade uma festa com um parque de diversão. Este, está sempre presente na festa da padroeira e em outras comemorações: 20 de janeiro, festa de São Sebastião; 12 de abril aniversário da cidade (faz-se o hasteamento de bandeira do município, rezando uma missa em sua homenagem, além das apresentações culturais: Pastoril, Cambindas, Quadrilhas, Coco-de-roda).

A estrutura das igrejas no sentido arquitetônico desenvolve-se em torno de cada ordem religiosa que foi se munido de engenheiros, artesãos e artistas que foram dando forma e sentido para a vida das pessoas que viviam nestes locais de festas.

A monumentalidade das igrejas barrocas passa a representar o poder benfazejo, criador de empregos entre os inúmeros mestres-de-obra, entalhadores, pintores escultores e ajudantes negros índios ou mulatos que integravam os setores populares mais urbanos. Para as construções os Jesuítas solicitaram que a sua ordem religiosa fizessem projetos para aqui eles construirem. Os demais grupamentos religiosos construíram conforme as suas possibilidades, numa mistura de estilos onde todos solicitavam junto à mesada consciência e das Ordens permissão para executar seus projetos – O controle, de Lisboa estava sempre atuante. No Brasil frente a menores resistências culturais das populações nativas o barroco impôs o seu próprio ritmo de difusão. (BARDI, 1982, p. 15).

Mesmo reconhecendo na contemporaneidade o seu valor histórico, artístico, cultural e agregador de pessoas em torno da igreja de Nossa Senhora da Apresentação, nos últimos tempos, ela vem sendo objeto de descobertas arqueológicas, onde se constituíram pesquisas desenvolvidas no interior da própria igreja.

Uma equipe de pesquisadores da Universidade Federal de Pernambuco, em 2009, fez algumas descobertas arqueológicas no seu interior, onde três análises arqueológicas com os dados deste referente à pesquisa se encontram expostas no interior da igreja.

Sabe-se que a igreja no Brasil no período colonial (e em outros períodos), atuou como elemento aglutinador das diversas classes sociais⁵. Depois de ter-se assegurado da posse da terra, o estabelecimento dos poderes civis (através das Câmaras Municipais) e religioso pela Igreja Católica foi se estendendo por todos os outros aspectos da vida no Brasil Colonial.

Há relatos que a igreja também foi fonte de fortaleza contra os invasores na época dos conflitos. A própria estrutura da igreja remete a essa hipótese, os outeiros e alguns muros ao redor da igreja indicam essa possibilidade, pois eram uma forma de defesa para não se sentirem tão expostos aos inimigos. Também há registros de vestígios de algumas ossadas mutiladas e até ossadas infantis enterradas na igreja (na pesquisa realizada pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE).

O estudo de arqueologia da UFPE do Dr. Scott Joseph⁶ junto com outros pesquisadores⁷ em 2007, trouxe esse conjunto de informações arqueológicas sobre o assunto de vestígios. Podemos analisar as evidências arqueológicas e os ricos vestígios históricos enterrados na Igreja Nossa Senhora da Apresentação.

Existe a constatação histórica de que a igreja foi local de sepultamento dos seus servos religiosos e que as crianças eram consideradas tão puras que seriam dignas de serem sepultadas no mesmo local que os sacerdotes da igreja.

Às vezes eram enterradas na parte interna da igreja, onde encontrava-se paredes grossas que serviam de sepultura para os padres e pessoas importantes da região. Todas essas paredes aparentam ser ocas, fazendo questionar-se sobre a utilização real dos túmulos de diversos antigos colonos. Neste sentido, é nítido a existência de ossadas no local, e isso nos faz pensar que provavelmente a igreja, também, foi um cemitério por certo período.

⁵ Mesmo que depois tenha-se construído igrejas das irmandades religiosas 10 para brancos, para pardos e para negros, o que comprova o caráter excludente daquela sociedade colonial.

⁶Atualmente é professor Associado do Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, pesquisador colaborador na área de Arqueologia na UFAL.

⁷ Allen Flávio Augusto de Aguiar Moraes, Waldimir Maia Leite Neto, Karina Miranda, Danúbia V. R. de L. Moraes

A Igreja de Nossa Senhora da Apresentação foi conduzida pelo IPHAN a um processo de reparos em 2009 da sua parte interna e telhado envolvendo a restauração⁸ do seu Altar-mor, abrigando uma grande área como podemos ver na figura 6.

Figura 6 - Igreja De Nossa Senhora Da Apresentação: ALTAR-MOR



Fonte: Instagram História de Porto Calvo, (2021).

Grande parte dele continuou autêntico, parecido com o seu original da época, entretanto podemos visualizar algumas destas mudanças no teto. Infelizmente o antigo teto não se encontra mais, pois estava todo mal acabado, sem condição nenhuma de restauração (todo deteriorado por cupins) agora, dá-se lugar a um simples teto de madeira, sem nenhum desenho e pintura barroca, como existia no passado.

A restauração chegou tarde demais e quando isto acontece todos nós somos perdedores do passado e das memórias. Essas são pequenas mudanças que demonstram como a memória é tratada em nosso país, que por omissão, despreparo técnico, falta de sensibilidade e compromisso político (se antecipa a destruição ou ao desmoronamento de um sítio histórico, artístico e cultural).

⁸ A restauração precisa ser feita por pessoas especializadas, com muita responsabilidade e cuidado, e sem interferir nas características da obra original. Na medida do possível, devem ser utilizados os mesmos métodos construtivos e materiais da época em que a construção foi feita.

Pode-se evitar que ocorra uma tragédia deste tipo e magnitude onde se sabe que a pintura dos tetos das igrejas barrocas são um testemunho da sua arte e das suas pinturas, identificadas com os valores culturais de cada local ou comunidade. Há duas instituições que são utilizadas aqui no Brasil para cuidar da preservação dos patrimônios: tem a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e da Cultura (UNESCO)⁹ que define regras e protege o Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade.

O Instituto Patrimônio Histórico e Cultural (IPHAN)¹⁰ vem fazendo seu papel e realizando tanto trabalhos teóricos como práticos, de autarquia federal (autogoverno), ele está vinculado ao Ministério do Turismo, que atua na preservação e conservação do patrimônio de cunho histórico, artístico e paisagístico no Brasil.

A instituição é responsável por pedidos de registro, que são encaminhados por representantes da sociedade civil, instituições públicas ligadas aos poderes públicos de Estados, Municípios ou da União. É por ele que é liberado e protegido quaisquer vestígios históricos das cidades.

O IPHAN vem trabalhando na cidade de Porto Calvo já faz alguns anos. Antes constituída por representantes de Pernambuco e hoje por representantes culturais de Porto Calvo (apesar da não existência de uma casa do IPHAN em Porto Calvo, já que elas existem em Penedo, Marechal Deodoro e Piranhas) vêm se posicionando em relação a realização adequada para que seus bens materiais sejam tratados e expostos a preservação nos próprios seios de sua origem.

A instituição tem realizado trabalhos e pesquisa, visando a cultura e o patrimônio existente no local, apoiando todos os demais representantes, professores, secretários, gestores, em geral, que se comprometem a fortalecer os vínculos sociais e culturais do território portocalvense.

3.3 OS ENGENHOS DE PORTO CALVO: UMA TENTATIVA DE SÍNTESE HISTÓRICA

⁹ UNESCO é uma agência especializada das Nações Unidas (ONU) com sede em Paris, fundada em 16 de novembro de 1945 com o objetivo de contribuir para a paz e segurança no mundo mediante a educação, ciências naturais, ciências sociais/humanas e comunicações/informação. O Brasil também faz parte dessa organização. Os estados integrantes da UNESCO são os estados membros das os únicos países que não fazem parte desse órgão são Estados Unidos, Israel e Liechtenstein, Ilhas Cook, Niue, e o Estado da Palestina.

¹⁰ Antes de sua nomeação institucional o Iphan foi criado através de sua primeira nomenclatura, a partir de uma determinação presidencial do Ministro da Educação e Saúde Pública. O Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi fundado em 13 de janeiro de 1937, vinculado ao Ministério da Educação e Saúde no governo Getúlio Vargas. Em 1946, o SPHAN torna-se um Instituto com o propósito de preservação. O que antes era um serviço passa a ser uma instituição.

Falar sobre a cultura da cana-de-açúcar no Brasil e principalmente em Alagoas não é uma tarefa fácil dado a sua complexidade, diversidade e especificidade quando se aplica à terra portocalvense.

Sabe-se que a cana-de-açúcar é um produto de origem estrangeira vinda do sudeste asiático, tendo passado pela Índia, Pérsia (atual Irã), Síria, Egito, Sicília, sul da Itália até chegar em Portugal.

Nas vésperas das Grandes Navegações, já no século XV, ela começa a ser cultivada na Ilha do Madeira (litoral da África) para depois chegar ao Brasil por volta de 1532/34. Ela foi plantada em Pernambuco e em São Vicente (litoral paulista) para depois se tornar a maior especiaria plantada e vendida no Brasil pelos portugueses, e distribuída no mundo mercantilista (na primeira fase do Capitalismo enquanto sistema econômico).

A implantação dos primeiros engenhos de açúcar no Brasil dependia da solução de dois grandes problemas: o primeiro, seria atrair investimentos estrangeiros para finalizar tal empresa capitalista – um engenho de açúcar que contou com os investimentos dos judeus-holandeses (que haviam sido expulsos de Portugal por perseguições da Santa Inquisição). O segundo, resolver o problema da escassez da mão-de-obra, por que nenhum português teria vindo para o Brasil para trabalhar (por que a corrente da época e nas mentalidades europeia, o desejo era o de que aqui apenas dever-se-ia enriquecer, escravizando índios ou importando escravos africanos para solucionar o problema da escassez de mão-de-obra).

Solucionando esses dois problemas é que depois começou-se a implantar os primeiros engenhos de açúcar no Brasil em Pernambuco acima da várzea dos rios Capibaribe e Beberibe e no Engenho do Governador Geral Tomé de Serra, no litoral paulista em Santos, hoje chamado de Parque Natural Municipal Engenho São Jorge dos Erasmo (figura 7), reconhecido como um dos primeiros engenhos a fabricar açúcar no Brasil colonial, com “uma área de 52 mil metros quadrados próximos ao Morro da Cachoeira que abriga mais de 100 espécies vegetativas e 87 aves cujas terras estão tombadas pelo IPHAN desde 1963”. (SANTOS, 2017).

Figura 7 - Ruínas do Engenho São Jorge Dos Erasmo em São Paulo.



Fonte: Santos (2017).

Resolvidos aqueles dois problemas iniciais (capital e mão-de-obra) a cana-de-açúcar deveria dispor um clima favorável de 30°C a 39°C e chuvas mais abundantes, solos férteis, dispor de uma tecnologia e equipamentos próprios a sua plantação, cultivo e beneficiamento, mão-de-obra abundante e dispor de bastante capital para manter o engenho sempre funcionando. Já dizia Gilberto Freyre, na sua obra *A presença do açúcar na formação brasileira* (1995) quando ele se refere a importância do açúcar em nossa formação histórica:

O açúcar marcou o início de nossa presença brasileira na Europa que excederia, em muito, em importância comercial ao pau-de-tintas ou outros produtos exóticos mais o açúcar continuava a se firmar, durante longos anos na principal presença brasileira na Europa, só vindo a perder a sua primazia na segunda metade do século VII. (FREYRE, 1995, p.8).

A cana-de-açúcar criou um tipo de colonização e sociedade bem definida em torno da grande propriedade (o latifúndio, da nova cultura da cana-de-açúcar) e do uso do trabalho escravo (indígena e africano) destinado ao mercado externo, criando um verdadeira aristocracia rural que se apoiou no cultivo da cana crioula, em que os Engenhos poderiam ser: a) Reais: quando eles eram movidos pela força d'água; b) Trapiches: quando eram movidos por tração animal, ao passo que, os engenhos maiores que geralmente eram chamados de Engenhos Reais em função de contarem com mais 100 escravos, de 60 a 70 bois, e produzindo anualmente cerca de 10.000 arroba de açúcar (1 arroba é igual a 15 kg).

É importante ressaltar que já existiam aproximadamente mais de 100 engenhos (entre pequenos, médios e grandes), instalados em cerca de 10 grandes propriedades – latifúndios – sabe-se que grande parte destas informações eram oriundas da Capitania de Pernambuco, na qual Alagoas fazia parte.

De acordo com os dados disponíveis sobre Pernambuco, produziram-se lá quase 700 mil arrobas de açúcar que corresponderiam a cerca de 10.500.000 kg anuais de açúcar. Lembrando que, custava muito caro aos seus proprietários, que além de dependerem do capital externo para construir o engenho, eles tinham que importar o cobre, o ferro, o estanho, os tachos e demais equipamentos para o seu funcionamento, até o bacalhau, o óleo de oliva e vinho do Porto, tudo isto vinha da Europa.

A maior parte dos lucros do senhor de engenho ficava em mãos dos seus intermediários (ou agiotas) além da aquisição de escravos que, segundo André João Antonil em sua obra *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, os intermediários eram “os pés e mãos dos senhores de Engenho” (ANTONIL, 1995, p. 159). Todos os lucros iam para as metrópoles portuguesas e os ricos fazendeiros, senhores de engenhos que podiam gozar de grande poder, prestígio e fortuna. A figura 8 mostra o Engenho de Açúcar: Frans Post do período colonial.

Figura 8 - Engenho de Açúcar: Frans Post.



Fonte: Dantas (2010, p. 199).

Não se pode deixar de levar em consideração que nas dezenas de engenhos retratados por Frans Post na arquitetura nordestina do século XVII, destacam-se algumas características: nota-se a falta de uniformidade arquitetônica, a falta de construções coloniais que derivam do modelo português da sua casa rural que foram se ajustando às nossas condições climáticas,

acrescentando alpendres e varandas que propiciavam sombras as paredes externas e definiam espaços parcialmente abertos próprios tanto para o lazer quanto para o trabalho. Muitos destes engenhos retratados por Posy lembram bastante as casas rurais do Minho, em Portugal.

A própria origem do alpendre saliente na fachada é obscura, no entanto parece ter sido importado da Índia, e adaptado à realidade brasileira, é o que acreditam alguns estudiosos sobre esta temática.

Quando se fala a respeito do açúcar e dos engenhos, é impossível deixar de discutir a respeito do trabalho escravo de origem africana. Esses escravos nem sempre aceitaram pacificamente a condição de escravos. Eles eram subjugados e duramente controlados, não tinham uma resignação infinita de servir e suportar sempre aos maus-tratos que lhes eram impostos, rebelando-se, indo ao suicídio, a violência contra os brancos, tinham depressão (que era chamado de banzo) ou fugiam para os quilombos ou mocambos para se defenderem de uma sociedade que só os exploravam e não os respeitavam enquanto seres humanos com sonhos e vontades próprias que foram impedidos de se realizarem pelos seus senhores.

Não podemos também deixar de citar a importância que teve o Quilombo dos Palmares. Dentro do contexto da sociedade brasileira, nos reportaremos a alguns aspectos apenas da sua trajetória histórica. Palmares tinha a sua capital na Cerca Real dos Macacos, localizada na Serra da Barriga, em União dos Palmares.

Era composto por um conjunto de mocambos espalhados pelos atuais territórios de Pernambuco e Alagoas, cujos mocambos mais importantes da sua confederação, eram eles: Amaro, que ficava 54 km da vila de Serinhaém (PE); Acotirene, que ficava a 180 km de Porto Calvo (AL); Andalaquituche que ficava a 150 km de Alagoas do Sul (hoje Marechal Deodoro); Aqualune, que ficava a 165 km de Porto Calvo; Dambradanga que ficava a 84 km do Quilombo das Tabocas perto de Sabalangá em Viçosa (AL); Osenga a 20 km da Serra da Barriga; Subupira, próximo às nascentes do rio Satuba há 36 km da Serra da Barriga; Zumbi, localizado a 96 km de Porto Calvo e vários outros momentos menores.

Palmares no começo da sua história foi um dos quilombos mais defensivos que tentava sobreviver aos ataques das tropas portuguesas. Ele se organizou tática e militarmente, adotando a tática de guerrilhas. Organizava o seu exército com lideranças e implementou o ataque aos engenhos e fazendas. O seu poderio e fama militar cresceram. Destacam-se lideranças como Ganga-zumba, Acotirene e Zumbi, estes os levaram a uma condição única na história de quilombo, que teve a sua maior duração por cerca de mais de 95 anos de vida e de luta, em defesa da liberdade dos negros no Brasil colonial.

Não é por acaso que se contrata um exército de bandeirantes para destruir o Quilombo dos Palmares, que só depois de 2 anos de profunda resistência, 1695 a 1697, ele é vencido pela força dos canhões portugueses. As vilas de Porto Calvo, Alagoas do Sul, Penedo e Alagoas do Norte também teriam contribuído para a destruição de Palmares oferecendo homens para a guerra, dinheiro e comida. Assim Palmares entrou para a história como símbolo de luta e resistência. O que tentamos aqui apresentar são as características mais essenciais para quem deseja saber um pouco em linhas mais gerais sobre o que foi o Quilombo dos Palmares.

Voltando para o tema principal, no qual reflete sobre a importância que tiveram os engenhos de açúcar na formação histórica de Porto Calvo. Pelas informações contidas na obra *O Banguê nas Alagoas* (2006) de Manuel Diégues Júnior, quando este se refere a colonização de Porto Calvo e a fundação dos engenhos por Cristóvão Lins, diz o seguinte:

Somente à partir da bandeira de Jerônimo de Albuquerque que é se inicia o povoamento de região alagoana, através da ação colonizadora de Christovão Lins no norte em Porto Calvo (...) e nela levantou sete engenhos de açúcar se erqueram nas terras entre o lado de sto. Agostinho e Porto Calvo” (p.91) cujos engenhos “Pirapama” e “Santo Antonio do lado” que foram fundados em Pernambuco e os engenhos fundados em Alagos eram o Buenos-Aires, em Camaragibe e o Escurial em Porto Calvo, “do Baixo”, “do Morro”, “do Meio”, o “Bom Jesus” e o “Maranhão” que teriam pertencido a ele ou aos seus descendentes diretos (DIÉGUES JÚNIOR, 2006, p. 41-51).

O próprio engenho Buenos Aires, de acordo com Diégues Júnior (2006, p. 15) afirma que “a tradição admite ser a mais antiga fábrica de açúcar de Alagoas e a sua fundação deve datar da época em que Cristóvão Lins se fixar no território alagoano em 1600” que séculos depois o inglês Anthony Knivest em uma viagem a Pernambuco, nos seus mapas e relatos diz “que subiu o rio das Pedras (de Porto de Pedras) ou melhor dizendo o Manguaba que “corta” Porto Calvo se chegaria por balsas ao Escurial ou São Francisco”, onde Kniver refere-se também ao engenho Buenos Aires de que hoje restam apenas ruínas que ficava à margem do rio Camaragibe.

Hoje os engenhos tornaram-se um lugar de memória e moradia para muitos habitantes da terra, que tem como fonte de renda o trabalho de campo. Antes mesmo da urbanização se tornar um meio de divisão de hierarquia, grande parte dos habitantes de Porto Calvo moravam nos engenhos, pois todas as atividades comerciais se concentravam lá. Desde o século XVII a vinda para o centro da cidade se tornava algo desejado, entretanto desfavorável para muitos, já que a renda familiar ainda vinha das fábricas dos engenhos.

Porto Calvo não é conhecido como a cidade comercial mais vigente da região por acaso, o trabalho nos engenhos locais rendeu diversas produções econômicas para a cidade por um longo tempo até a sua independência econômica.

Porto Calvo teve o equivalente a 7 engenhos na época, sendo 5 em Alagoas e 2 em Pernambuco, mas depois das novas divisões de terras determinadas por heranças, vendas a terceiros, e até mesmo a junção de patrimônios ou terras pelos casamentos.

Tudo isto, determinava uma nova redivisão das terras que somente 4 dos 6 engenhos existentes no final do século XIX para o começo do século XX estavam eles situadas em terras portocalvenses que são eles os engenho: Castro, Velho, Estaleiro e o famoso engenho Escurial (figura 10) que participou das guerras contra os holandeses, “onde a capacidade de resistência dos moradores de Porto Calvo e Camaragibe demonstraram a sua força e de capacidade de resistência demonstrada nos combates no Engenho Escurial e a Batalha da Mata Redonda” (MIRANDA, 1961, p. 21).

Há ainda outra citação de Manuel Correia de Andrade na sua obra *Usinas e destilarias das Alagoas: uma contribuição ao estudo da produção do Espaço* (1997), quando se referiu ao Engenho Escurial (figura 9) durante o seu período de apogeu dizendo que:

As casas grandes eram construídas sempre nas partes mais altas, sendo muitas vezes assobradadas e o engenho Escurial possui uma das mais importantes Casas-Grandes da sua época. Ao lado dessas, havia casas menores para os empregados e para os lavradores da cana” (ANDRADE, 1997, p. 22).

Figura 9 - Ruínas do Escurial em Porto Calvo.



Fonte: Tenório (2010, p.143).

O “problema” é que esses engenhos acima citados por Miranda, atualmente se encontram em estado de ruínas, assim como os demais engenhos do município que na sua maioria se tornaram obsoletos depois da transição dos engenhos banguês para o aparecimento das primeiras usinas.

Se os processos técnicos no setor agrícola demoraram a se efetivar, no industrial não foi diferente, observe-se que o crescimento da produção decorreu do crescimento do número dos engenhos e da expansão da área cultivada e nunca do melhoramento da produtividade agrícola e ou industrial. Não havendo um sistema bancário eficiente nem uma política creditícia que atendesse aos produtores nas entressafras, ficaram a depender dos comissários de açúcar que faziam as exportações do açúcar e importavam os artigos europeus consumidos no país. Nas últimas décadas do sec. XIX a situação do açúcar brasileiro tornou-se muito difícil e vários senhores de engenho, inclusive em Alagoas procuraram melhorar a sua indústria implantando turbinas que produziam açúcar cristalizado. (ANDRADE, 1997, p. 30-31).

Na transição do declínio dos engenhos banguês para o aparecimento das primeiras usinas, resolveu-se não apenas pela implantação de máquinas mais eficientes para produzir cana por um custo operacional mais baixo, mas também pela adoção de uma mentalidade capitalista empresarial eficiente e eficaz, controle dos gastos, prestação de conta, mudança da razão social das empresas, passando de sociedades familiares para sociedades de capital

aberto. Além do aporte tecnológico e científico adotados pelas empresas como marcas de superação do atraso e identificadas com a modernidade e a eficiência econômica, financeira e a sua preocupação com a questão social.

Segundo o sociólogo Manuel Diegues Júnior em seu livro *O Engenho de Açúcar no Nordeste: Documentário da vida Rural* (2006), descreve sobre as capelas (figura 10) construídas nos engenhos:

A arquitetura da capela de engenho não foge muito de linha simples dos tipos de igrejas que primeiro se implantaram no Brasil: quase sempre baixas, com um só altar, às vezes dois ou três, sem rebuscados em sua construção... a varanda, ou alpendre, nem sempre se integrava na arquitetura geral da capela, parecendo antes uma peça que se lhe adicionou. Geralmente construída de alvenaria, a capela de engenho possui também os seus sinos. Há capelas com torreão ao lado, onde ficam os sinos. (DIÉGUES JÚNIOR, 2006, p.55).

Figura 10 - Capela que se encontra no engenho Escurial.



Fonte: Instagram História de Porto Calvo, (2021).

Hoje, os engenhos estão desativados na sua maioria e muitas capelas tornaram-se em ruínas. Eles são de imenso valor histórico porque são exemplares únicos de um tempo histórico do passado com uma história própria. Os engenhos se tornaram comunidades de pouca habitação e de difícil acesso.

Alagoas em 1935 tinha 587 engenhos banguês (também chamado de enghocás¹¹). Mesmo em pleno apogeu das usinas, Porto Calvo chegou a ter mais de 60 pequenos engenhos, assim, os mais conhecidos observam-se na tabela 11 abaixo:

Tabela 11 - Alagoas: Engenhos - Bangês.

ALAGOAS: ENGENHOS- BANGÊS	
ANOS	ENGENHOS
1630	13 a 14
1774	69
1802	180
1849	316
1879	632
1897	933
1905	964
1910	Um milhar (1000)
1935	587

Fonte: Andrade (1997, p. 30).

O “Engenho Velho” o “Engenho Novo”, o “Maranhão” e vários outros, não foram citados por falta de dados ou informações mais precisas. A instalação da primeira Usina instalada em Porto Calvo que nos remete a Usina Santana fundada antes de 1931 entre 1920/50, na segunda fase da expansão das usinas, tendo como proprietário fundador Demócrito Vanderlei Sarmiento do Grupo Brito e Bezerra de Melo.

Tabela 12 - Porto Calvo: Usina Santana.

Porto Calvo: Usina Santana	
ANO	Produção/ 60kg
1940/1	8.060
1955/6	170.856

¹¹ Enghocás é o nome utilizado para identificar um local de plantação individual e de pequena quantidade, muito utilizado nas casas comuns, eram uma pequena área de plantação feita no quintal de casa.

1960/1	173.725
1970/1	471.852
1975/6	447.230
1980/1	332.443
1988/9	313.850

Fonte: Andrade (1997, p. 46, 86, 98).

Dado a imensa dimensão que corresponde ao território brasileiro mesmo no período colonial, que submetido às determinações legais durante ao que prescrevia o famoso tratado de Tordesilhas e das iniciativas de colonização definitiva por Dom João III: concessão das terras pelo Rei aos novos colonos portugueses; instalação mais tarde do governo geral; implantação dos primeiros engenhos de açúcar; defesa da terra frente aos ataques dos franceses contrabandistas do Pau-brasil; e da necessidade mais urgente possível de melhoramento das defesas da terra que a coroa portuguesa determinava como condição essencial para se resguardar as riquezas da terra e de seu povo já aqui instalados.

Era necessário construir um conjunto de forte e fortificações que pudessem garantir a nossa sobrevivência enquanto povo e mais tarde nação. Dentro da construção do Forte de Porto Calvo deduz-se que ele era um forte de pequeno porte, de taipa, que devido a guerra contra os holandeses, ele foi se ampliando, aumentando o seu poder de fogo, sendo substituído por tijolos e pedras na sua reconstrução. Ele está localizado próximo ao Alto da Forca próximo ao hospital geral de Porto Calvo, na parte mais alta da cidade.

O historiador alagoano José Luiz Mota Menezes e Maria do Rosário Rodrigues à respeito do Forte de Porto Calvo, afirmam que:

Daí (...) os artigos limites da capitania que compreendia o atual Estado de Alagoas, outras fortificações foram construídas para impedir as entradas através dos rios, em demanda dos engenhos de açúcar. São fortificações que de princípios foram de terra (Taípa), depois ora desapareceram ou foram reconstruídas, segundo a sua importância ao longo do tempo que foi construído por volta de 1634 a mando de Matias de Albuquerque que designou o Conde Bagnuolo de fortificar e guarnecer a povoação de Porto Calvo, por ser a chave de defesa do território de Alagoas e um ponto de partida para qualquer expedição tendo Bagnuolo o construído, artilhou-se numa ampla estiva de madeira e terra. (MENEZES; RODRIGUES, 1986, p. 46-47).

Em março de 1634 o Forte de Porto Calvo foi ocupado pelo oficial holandês Lichtard com o apoio de Calabar. Um ano depois de ter sido ampliado pelos holandeses, e no princípio de julho ele foi reconquistado pelas tropas de Matias de Albuquerque, Felipe Camarão (chefe das tropas indígenas) e do Capitão Sebastião Santos, que surpreenderam as tropas do Major

holandeses Picard, reconquistando aquela praça de guerra e depois Calabar é capturado e enforcado no Alto da Forca.

Em 1638 a esquadra de Maurício de Nassau ataca as tropas luso-brasileiras e espanholas obrigando-os a procederem uma resistência até a evacuação de grande parte da população local, que durante 13 a 20 dias retardam a reocupação do Forte de Porto Calvo pelos holandeses, que ampliam o tamanho do Forte e a sua capacidade de fogo.

Em 1645 o forte de Porto Calvo é reconquistado pelos portugueses depois de 42 dias de combates sob comando do Capitão Lourenço Carneiro que destroem a fortificação de Porto Calvo completamente, quase nada resta dos seus vestígios arqueológicos (que não teve nenhuma prospecção ou investigação arqueológica antes da construção do Hospital Geral de Porto Calvo no Alto da Colina, onde outrora teria sido ocupado pelo Forte de Porto Calvo).

3.4 O FORTE BASS

Agora vamos falar sobre o Forte Bass (figura 11) que hoje é um importante patrimônio arqueológico, histórico, cultural e turístico de Porto Calvo.

Figura 11 - Forte Bass.



Fonte: Agenda, (2019).

Há também o patrimônio natural que se refere aos elementos geográficos, como a fauna e flora, os grandes montes e o morro, algo que deve ser apreciado com grandeza. Porto

Calvo tem estabelecido uma ligação turística entre o Rio Manguaba e o Forte Bass, depois que sua descoberta aconteceu.

Não podemos esquecer também que este Rio já foi palco de muitos acontecimentos históricos tanto da época das diversas ocupações holandesas sobre Porto Calvo quanto da sua retomada pelas tropas de Matias de Albuquerque, quanto do transporte do transporte sazonal das safras de açúcar em direção ao mercado internacional. Essa área do Rio Manguaba é de uma beleza natural imensa e traduz a sua importância histórica cultural, além da potencialidade turística feita de forma correta, planejada, guiada por pessoas preparadas e capacitadas para o exercício.¹²

Um bem patrimonial que recentemente foi nomeado pelo IPHAN é o Forte Bass, iniciado sua busca arqueológica em meados de 2013 e encontrado em 2017, a fortificação passou por longa restauração, durando equivalentemente 6 anos sob trabalho de pesquisa e restauração. O trabalho foi feito pelo arqueológico e professor Marcos Albuquerque, tendo a parceria da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Sua última fase de restauração foi em janeiro de 2019.

As fortificações eram estruturadas e planejadas para a defesa das vilas e do comércio, resguardados pelos soldados em tempo de guerra. O Fortim Bass foi criado no período em que os holandeses dominaram as terras de Porto Calvo quando a guerra se instalou severamente entre os holandeses e portugueses, assim, os holandeses foram os comandantes e criadores desse fortim.

Para Abelardo Duarte (1945), a respeito das fortificações holandesas em Alagoas, foram as seguintes; a) Forte de Paripueira; b) Forte de Camaragibe; c) Forte de Porto Calvo; d) Forte Maurício (Penedo), onde desses baluartes nada mais resta, tudo desapareceu com o passar do tempo e no ímpeto de destruição dos homens.

O Instituto Histórico de Alagoas levou em 1930 uma excursão composta pelos senhores Orlando Araújo, Ezequias da Rocha e Paulino Santiago ao Forte de Paripueira onde se colocou um marco comemorativo com a inscrição “Forte Assinalado Pelo Instituto Arqueológico Alagoano” em 13- IV-1930” que numa busca dada naquele sítio histórico ornamento holandês em filigranas de ouro, além de uma bala de canhão, outra de chumbo de um mosquete usado pelos holandeses e doado ao instituto Histórico pelo Sr. Paulino Santiago. (DUARTE, 1945/6, p. 75-76).

¹² Há um curso de Guia de Turismo que pode ser feito pela prefeitura do município em convênio com o Sesc/Senac no qual prepara e habita as pessoas para o exercício de uma profissão importante para a região e ao município.

Apesar de Porto Calvo hoje não ter mais aquele Forte de Paripueira juntamente com o de Camaragibe e o próprio de Porto Calvo, faziam parte de um complexo de defesas da região norte de Alagoas que Porto Calvo no seu passado na qual foi detentora de todo aquele território, assim, não é possível compreender a realidade histórica do passado colonial holandês sem esta noção e projeção de realidade dos tempos mais remotos da história portocalvense.

O Forte de Paripueira foi descoberto pelo Arqueólogo Aloísio Vilela de Vasconcelos, de Viçosa na época lotado no Departamento de História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) em 1989, o objetivo da pesquisa arqueológica era o de além de resgatar o estudo da ocupação holandesa sobre o território alagoano (...) descobrir artefatos que pudessem demonstrar o modo de vida cotidiana dos holandeses. No local foram encontradas balas de canhões, pedaços de cerâmica, louças, vidros, ferros, facas, furadeiras, espinha de peixe e ossos de aves que mostram a alimentação daquela gente.

Esse Forte é o único criado pelos holandeses que foi encontrado e restaurado em Alagoas. Os holandeses eram conhecidos por suas grandes construções arquitetônicas e as estratégias de defesas também eram de grande valia. Era uma civilização que prezava pela indústria e crescimento econômico. Qualquer estratégia exercida por eles era calculadamente pensada, tanto no meio criativo da economia quanto no meio dominante da guerra.

Preservar esse patrimônio não está apenas relacionado aos interesses econômicos, mas também, a construção da identidade cultural de uma cidade, de um povo, principalmente quando este povo é portador de origens históricas, um grande legado que jamais poderá ser esquecido tanto no passado quanto no presente.

A autora Regina Coeli Pinheiro da Silva argumenta que exatamente o que a falta de apoio que se reproduz sob a forma de desprezo com a cultura é vista e que pode criar para uma cidade e um povo como o portocalvense que vive boa parte dele em busca de uma atitude e ação política por parte de prefeitura e os demais poderes constituídos – Prefeito, Vereadores, Ministério público, Juiz da Comarca e o povo em geral para impeçam a destruição da história e da memória de Porto Calvo preservando as poucas “reliquias que lhes sobraram à destruição e ao descaso” a que aquele município foi submetido ao longo dos séculos.

Assumindo que o passado é uma construção do presente e para o presente, posta a seu serviço e feita à luz de valores contemporâneos, de modo a atender a interesses atuais, a sua preservação, não obstante decidida do presente, historicamente situada e atende com certeza a agendas políticas contemporâneas. A preservação arqueológica, portanto, com um pé no passado e outro no futuro é antes de tudo uma produção do seu próprio tempo, com um caráter fortemente ideológico e político... A noção de patrimônio arqueológico de fato como um bem comum pode estimular a coesão social abrevies do fortalecimento de identidades étnicas, locais, nacionais ou

supranacionais ... Preservar não é cogenlar um determinado momento do tempo mais abrir um campo de possibilidades para que ele seja vivido intensamente de modo a estabelecer elos profundos com o passado com as suas próprias raízes para evitar o seu desenraizamento e esfacelamento identitário que caracterizam o mundo contemporâneo onde as passado não querem mais um passado morto mais conectado com a sua realidade cotidiana. (LIMA, 2010, p. 6-7).

Apesar de já inaugurado, foi criado para uma melhor exposição do Forte Bass um projeto arquitetônico do IPHAN que traz para o local uma certa movimentação turística, deste modo:

O projeto prevê restaurante, lanchonetes mirantes panorâmico, ponte para pedestres e cadeirantes, mercado de artesanato e um pequeno museu. O empreendimento tem a perspectiva de geração de cerca de 2.400 empregos diretos e indiretos. Além disso está previsto a realização de passeios de barcos pelo rio Manguaba, até sua Foz, entre as cidades de Japaratinga e Porto de Pedras, na chamada “Rota do Imperador”. (LUNA, 2020).

Teoricamente o projeto de turismo para o Fortim Bass está criado e lindamente organizado, entretanto, infelizmente, o projeto ainda se encontra só no papel e o mais infeliz de tudo é saber que o Fortim já se tornou um local de abandono na cidade. O que é uma atitude preocupante e ao mesmo tempo ameaçadora para aquele patrimônio histórico e cultural, passível da ameaça da sua violação e destruição.

Se não formos (estudantes, professores, comunidade local) capazes de desenvolver políticas públicas seja à nível municipal, estadual e federal de preservação dos patrimônios históricos, culturais, arqueológicos e naturais, se não houver um comprometimento coletivo no sentido de preservar as raízes mais profundas da diversidade cultural da nação brasileira, estaremos abandonando e acabando com a nossa maior riqueza enquanto povo. Somos uma sociedade étnica, cultural e socialmente diversa, generosa, justa e tolerante, assim, o que se espera dela é que zele pelos seus diversos tipos de patrimônios, antes que seja tarde demais.

Sabemos da necessidade de adotar uma política tanto individual quanto coletivamente de conservação e preservação de vários bens culturais que se identificam com os próprios valores de cada povo ou comunidade, porém para que esse sentimento floresça é necessário passar pela “cabeça” e o “coração” das pessoas, ensinando nas escolas e nas famílias, para que possa crescer e frutificar dentro de cada um de nós.

Quando uma sociedade por omissão ou desinformação tem um entendimento impreciso, e não sabe diferenciar entre o que é uma simples construção ou edificação de uma casa de fácil entendimento ou compreensão visual, de um processo próprio de tombamento de algum período histórico ou até mesmo em uma peça de artefato que tem uma grande importância para a história da cidade ou município são “pesos” e “medidas” diferentes

verificando-se caso a caso onde os objetivos são completamente diferentes um é de construir, edificar e outro é o de preservar a história e a memória, onde quando estas questões se misturam acabam sempre por prejudicar a ação concreta de preservar por si só um imóvel ou um artefato que são todos eles importantes e relevantes para a história.

A política de preservação deve ser fundamentada no profissionalismo da equipe técnica que vai fazê-la com compromisso ético e seriedade no serviço que se está a tomar e restaurar para que não haja danos ao patrimônio.

Algumas pessoas sem saber que um prédio é tombado, deixam que ele chegue a ser deteriorado e até cair ou ruir. Tira-se os escombros e em cima dele se constrói uma casa moderna, e assim o patrimônio em nosso país vive sob ameaça de ser derrubado, desmoranamento, deixando que ela se acabe por conta própria.

Um exemplo deste tipo de situação ocorreu com a desconstrução da estátua de Padre Cícero que antes era colocada em um local mais explícito e conservado, hoje é colocada em uma pequena vidraçaria que facilmente se propaga a criação de mofo, desgastando a estátua. Podemos ver isso claramente quando nos deparamos com a situação da estátua. E situações desse tipo, se repetem.

3.5 UM MEMORIAL À CALABAR

Em Porto Calvo ocorreram vários acontecimentos ao longo de diversas épocas, principalmente no período colonial, época na qual infelizmente temos uma imensa carência de materiais e documentos.

Entretanto, graças às pesquisas feitas por diversos pesquisadores do Olympio Eusébio de Arroxelas Galvão (quem primeiro escreveu sobre a história de Porto Calvo), Pedro Paulino da Fonseca (genealogia da família de Cristóvão Lins), Adriano Jorge, Francisco de Paula Leite, entre outros autores, que contribuíram com a história de Alagoas, é possível identificar diversas citações da cidade nos documentos presentes da época colonial, tanto na Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos, em Maceió quanto no Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco. O historiador francês, Jacques Le Goff em sua clássica obra *História e Memória* (2003) quando refere-se aos materiais da memória coletiva e da história, argumenta sobre a completa interdependência entre estas duas áreas de estudo:

A memória coletiva e a sua forma científica, a história, ampliam-se a dois tipos de materiais: Os documentos e os monumentos. O que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado do tempo que passa, os historiadores. Os materiais de memória podem-se apresentar sob duas formas principais: os monumentos, heranças

do passado e os documentos, a escolha do historiador. (LE GOFF, 2003, p. 225-256).

Em 2012 a Prefeitura do município de Porto Calvo iniciou o Projeto Memorial de Revitalização ressaltando os principais acontecimentos memoráveis que ocorreram na cidade no período colonial, trazendo para a população a descrição histórica esculpida nas estátuas do artista conhecido como Manuel de Peixeiras, de Pernambuco.

Como descrito por diversos autores, o esartejamento de Domingues Fernandes Calabar foi um fato que se passou nas terras de Porto Calvo, e essa memória se tornou notória e bastante reconhecida pelos moradores da cidade, que não saiu da sua memória coletiva.

Tendo em vista a necessidade de uma memória exposta sobre esse principal acontecimento na cidade, foi criado em 2012 o Memorial Calabar (figura 12), junto com outros pontos históricos, como erguimento de estátuas, na qual tem como objetivo recompor parte da história que aconteceu no passado.

Figura 12 - Memorial de Calabar localizado no Alto da Forca.



Fonte: Fotostrada, (2014).

Valdomiro Rodrigues, morador de Porto Calvo e professor por um longo tempo na cidade (hoje aposentado), sempre foi um admirador da história de Porto Calvo e sempre trouxe para seus alunos um pouco da cultura social que os envolviam.

Como ex-aluna desse professor, recordo-me bem de várias participações dele em relação ao meu encanto sobre a cultura social. Com cantos, lendas e histórias, o professor sempre tentou conectar os alunos com as suas origens.

Valdomiro Rodrigues foi um dos principais representantes da criação das memórias coletivas portocalvenses distribuídas por pontos estratégicos de cidade para ninguém esquecer da sua história, atrelada a de Porto Calvo no tempo, e no espaço geográfico.

Ele relata que a iniciativa para a realização do Projeto Memorial foi potencializada graças a uma visita de alguns alunos a Porto Calvo:

Sempre me envolvi com a história de Porto Calvo, me questionava e como sei a dar palestras, o Prefeito da época me deu a tarefa de receber turmas de estudos e visitantes em geral que tinha desejo de conhecer mais a história da cidade. Sentia a necessidade de uma representação histórica sobre a história da cidade, muitos visitantes viam e questionavam sobre algum local histórico que pudesse ver, tirar fotos. Veio o mandado de outro Prefeito e fui convidado novamente a ficar com essa função, desse modo, falei que aceitaria caso ele participasse de um tour comigo. Ele foi. Estávamos recebendo uma turma de alunos da cidade de Craíbas, foi aí que um aluno perguntou sobre a falta de um habitante que mostrasse a história da cidade. Foi justamente nesse momento que a gente pensou em fazer essas memórias, eu, o Prefeito Kaika, o doutor Benedito e Tonho da Deba. (RODRIGUES, 2021).

As estátuas tem representação de Domingues Fernandes Calabar, dos soldados e do Comandante Matias de Albuquerque. Uma das obras históricas esculpidas é o memorial Calabar, que fica localizado defronte ao Hospital Geral de Porto Calvo na rua nomeada Alto da Forca.

Como descrito por diversos autores, o esquartejamento de Domingues Fernandez Calabar foi um fato que se passou nas terras de Porto Calvo e faz parte da sua memória do local e das pessoas e no mesmo local do ocorrido, encontra-se o Memorial Calabar, essa memória se tornou visível para os moradores e visitantes da cidade.

Há outro local de memória que se encontra disponível na rua de Porto Calvo, como o Porto das Barças, localizado no Varadouro. O local foi o ponto de partida para as embarcações, era a principal entrada da cidade para as mercadorias da época, localizado às margens do rio Manguaba.

As simbologias esculturais tratadas no local, como mostra na figura 13, são referentes as atividades do comércio marítimo realizadas no período colonial contextualizando com as importações e exportações de produto, como por exemplo: barris de vinhos, especiarias, açúcar, entre outros produtos, além do trabalho escravo. No início do século XVII, o Brasil já enviava açúcar a Portugal e recebia vinho, azeite de oliva, farinha de trigo, peixe salgado, tecidos de linho e de lã, ferro e cobre, entre outros produtos. (BARLEU, 1647).

Figura 13 - Porto Calvo: Desembarque de mercadorias.



Fonte: Correio dos municípios, (2017).

3.6 ESPAÇO CULTURAL GUEDES DE MIRANDA

Infelizmente, a quantidade de vestígios encontrados em Porto Calvo está em outras cidades com infraestrutura e segurança para guardar os achados históricos. A pesquisa (da Universidade Federal de Alagoas) arqueológica foi levada para Recife, devido à falta de uma infraestrutura museológica responsável pelo abrigo, cuidado e preservação do acervo cultural e museológico do município e também para evitar a evasão de outros municípios ou estados, desta maneira, é em Recife que se encontra grande partes de documentos e artefatos achados em Porto Calvo.

Antes da criação do Espaço Cultural Guedes de Miranda, foram encontrados vários artefatos (figura 14) em Porto Calvo, que por sua vez foram perdidos ou dispensados pela falta de educação patrimonial da população e pela falta de organização municipal.

Figura 14 - Artefatos - Espaço Cultural Guedes de Miranda.



Fonte: arquivo da autora (2022).

Em 2010, o repórter do O Jornal, Jorge Barboza, no seu trabalho *Muito além das bombas da Marinha* (2010) fez uma entrevista com moradores da cidade. Um dos entrevistados foi o açougueiro Edmilson da Silva, de Porto Calvo, que fala de seus achados nos mares da cidade: "Quando baixa a maré, encontramos muita coisa sob a areia no leito do rio. Mas como não tem museu em Porto Calvo, já deixei vários objetos no Museu de Padre Cícero, em Juazeiro do Norte (CE). Estão todos lá catalogados". (BARBOSA, 2010). Ainda segundo Barbosa:

Acharam-se pedaços de faiança da Ironstone China (a antiga louça inglesa que imitava a ancestral louçaria chinesa) e troncos de senzala. Fora as casas-grandes que resistiram ao apelo industrial das grandes usinas de açúcar. E coisas que a rapaziada que gosta de mergulhar no Rio Manguaba, no antigo Porto das Barças, em Porto Calvo, costuma encontrar: vidros de perfume parisiense, garrafas de champanhe e garrafas de cerâmica com o timbre de Cambridge (Inglaterra), moedas, correntes, cadeados e uma infinidade de objetos de vidro, de ferro e de bronze que são, provavelmente, destroços de antigos navios portugueses, espanhóis e holandeses. (BARBOSA, 2010).

É de se questionar: por que não estão em Porto Calvo? Em que local poderia abrigar este acervo? Neste sentido, percebe-se a necessidade de ter um espaço multicultural envolvendo um espaço museológico, um espaço de arquivo público, uma biblioteca pública. Tudo isto poderia estar reunido em um único local, pois, são importantes para a preservação de uma identidade histórica e cultural do município.

Somando-se a isso, é indispensável e necessária tarefa de ensinar a história do município de Porto Calvo em sala de aula de forma regular, e obrigatória e permanentemente, conforme está previsto legalmente nos Parâmetros e nas Diretrizes Curriculares Nacionais. É importante ter um livro didático sobre esta temática (recentemente houve um livro didático passado para o ensino escolar de Porto Calvo com a história e turismo da cidade, só nos resta analisar se esse material é passado para os alunos ou deixado de lado como ocorreu em vários momentos); dispor na biblioteca municipal livros que trate desta temática (Guedes de Miranda sobre *Holandeses em Porto Calvo*; Jayme de Altavilla *O tesouro Holandês de Porto Calvo*, Romeu de Avelar sobre *Calabar*, entre outras que não foram aqui mencionadas mas que são importantes para a compreensão daquele contexto histórico e que podem ser trabalhadas em sala de aula com os alunos da rede pública municipal de educação em Porto Calvo; além de um curso de formação continuada para os seus professores municipais.

Tudo isto poderia ser implementado, dando uma enorme contribuição positiva no sentido de preservação da identidade individual e coletiva dos portocalvenses. Todo mundo tem o direito de saber de sua história de forma crítica possível para que possa refletir sobre ela.

Segundo a historiadora M^a de Lourdes P. Horta em um dos seus brilhantes ensaios sobre *A memória pública: os lugares de memória* (2005), sobre a questão de educação patrimonial ela nos diz que:

O historiador Pierre Nora define como “lugares de memória” os locais (...) nos quais se encarnam ou cristalizam as memórias de uma nação, e onde se cruzam memórias pessoais, familiares, e de grupos: monumentos, uma igreja, um sabor, uma bandeira, uma árvore centenária, como espelhos nos quais simbolicamente, um grupo social ou um povo se “reconhecer” e se “identificar” mesmo que de maneira fragmentada. Estes “lugares” ou “suportes” da memória coletiva funcionam como “detonadores” de uma sequência de imagens ideias, sensações, sentimentos e vivências individuais e de grupo num processo de “revivencialmento” ou de “reconhecimento” das experiências coletivas (...) que garantem o sentimento de “pertença” e de “identidade”. (HORTA, 2005, p. 37).

Isto que estamos a discutir se aplica como uma “mão de luva” do que pensamos a respeito da maneira como o Espaço Cultural Guedes de Miranda pode se transformar com a ajuda do poder público municipal fazendo projetos e deixando mais visível ao público, para que se tenha condições logísticas e funcionais mais claras, cumprindo o papel necessário à sua altura. O espaço merece estar, e ser, mais visível e em bom estado de uso, sempre preservado. As figuras 15, 16, 17 e 18 mostram objetos que fazem parte do Acervo do Espaço Guedes De Miranda.

Figura 15 - Moedas Holandesas.



Fonte: arquivo da autora, (2022).

Figura 16 - Tacho para fabricação do açúcar.



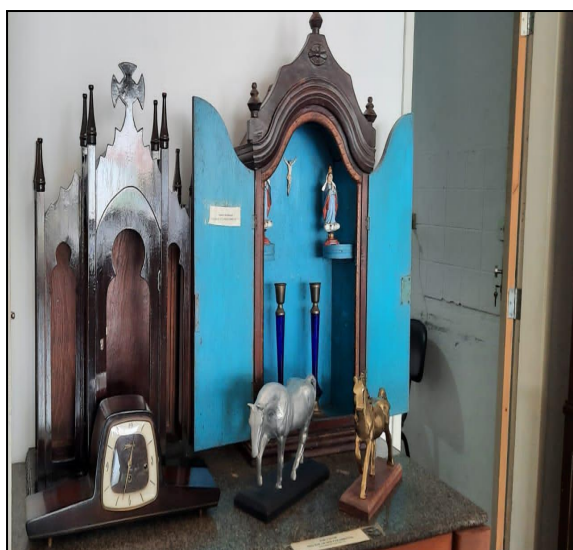
Fonte: arquivo da autora (2022).

Figura 17 – Telefones.



Fonte: Arquivo da autora (2022).

Figura 18 - Nichos Privados/ Particulares.



Fonte: arquivo da autora (2022).

Em entrevista realizada em 2010 ao *O Jornal*, Jorge Barbosa mostra nitidamente como em muitos casos falta arqueólogos, e de certa forma não temos nos municípios – só no IPHAN uma arqueóloga – mas que os municípios podem fazer a sua parte evitando a destruição do seu acervo arqueológico, informando, policiando. Apesar de termos leis que a protegem, mas sempre existe alguém tentando burlá-la ou “passar por cima dela”, daí ser necessário estar sempre atento e punir esses infratores, por não termos arqueólogos fazendo um trabalho contínuo e permanente nos municípios.

Em termo da concepção de preservação e construção do passado onde o registro constante da modernidade e a constante produção do novo desafio a construção do passado, já que ele representa um legado a ser preservado, nos “explica” o tempo presente e lança suas experiências coletivas e individuais até para nos dar sentido do futuro” (PAOLI, 1992, p. 25).

A falta de consciência da grande parte da população portocalvense aliada à desinformação e o desrespeito à memória, funciona como um fator negativo que atrapalha a construção de uma mentalidade preservacionista e conservação dos seus acervos arqueológicos históricos e culturais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório que o processo de colonização no Brasil trouxe várias lacunas para as sociedades tanto passada como futura, os vestígios deixados em nossa terra é um dos pontos principais dessas lacunas. Porto Calvo é a prova viva dos atos e combates nas guerras de colonização, o local pode não ter inúmeros patrimônios construídos e preservados, mas suas origens e seu solo levam consigo todo o contexto histórico da época. Podemos não ter esses inúmeros patrimônios e tombamentos, mas o que temos devemos preservar ainda mais.

Sabemos que um lugar sem história é um lugar sem identidade. O ato de preservação não se conecta ao simples fato de reparação e sim sobre a perspectiva cultural histórica que leva a identidade de uma sociedade. Esses ideais enriquecem tanto no que diz respeito a economia com o que diz respeito à cultura, é um alicerce necessário.

Desta maneira, este trabalho de pesquisa buscou contribuir para os conhecimentos referentes à história patrimonial da cidade de Porto Calvo cuja sua relevância é precisa para o enriquecimento cultural da região alagoana. O resgate histórico acerca dos patrimônios e tombamento ainda presente no município de Porto Calvo, durante o período colonial, se deu através de análises bibliográficas de diversos autores como Pedro Paulo Funari e Sandra C. A. Pelegrini.

No que diz respeito ao âmbito acadêmico, será de grande importância pela necessidade de pesquisas relacionadas ao contexto de patrimônio cultural em Alagoas já que, ainda em grande parcela, existe uma carência de pesquisas relacionadas à região de Porto Calvo.

É importante ter um trabalho voltado aos conhecimentos específicos patrimonial da região, para o enriquecimento cultural da cidade e o incentivo da busca de referências sobre o assunto. Com essa iniciativa será proporcionado uma abertura para a área de pesquisa voltada ao enredo patrimonial e ao acréscimo intelectual de novas documentações. Neste sentido, o trabalho irá atingir não somente o público acadêmico, mas a própria população da cidade e aos demais interessados na pesquisa histórica patrimonial de nossa região.

5. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Isabel Loureiro de. **Notas sobre os holandeses no Brasil**. Editora Maceió. DAC/ Dep. Estadual de Cultura 1965.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Usinas e destilarias das Alagoas: uma contribuição ao estudo da produção do espaço**. Maceió, Edufal, 1997.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A ocupação territorial e a evolução das cidades e vilas brasileiras, sec. XVI e XVIII in a questão do território no Brasil**. São Paulo. Editora HUCITEC. Recife/ IPESPE 1995.

ALCAVILA, Jayme de. **História da civilização das Alagoas**. 8º Edição, Maceió Edufal 1988.

ALCAVILA, Jayme de. **História da civilização das Alagoas**. 6º Edição, Maceió Edufal 1985.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência no Brasil por suas drogas e minas**. 2ª Edição, São Paulo. Editora Nacional, 1995.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2010.

BARLEU, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil**. Belo Horizonte/ Ed. Itatiaia S. Paulo Univ. de São Paulo, 1974.

BARDI, Pietro Maria. **Arte brasileira**. S. Paulo Editora Abril Cultural, 1982.

BARDI, Pietro Maria. **Arte no Brasil**. Vol. 1 S. Paulo. Editora Abril Cultural, 1982.

BRANDÃO, Moreno. **História das Alagoas**. 2ª Ed. Maceió: Sergasa, 1981.

BARBOSA, Jorge. Muito além das bombas da Marinha. Universidade Federal de Alagoas. 06 ago. 2010. Disponível em: <https://ufal.br/ufal/noticias/2010/09/muito-alem-das-bombas-da-marinha> Acesso em: 24 nov. 2021.

COELHO, Duarte de Albuquerque. **Memorias diarias de la guerra del Brasil**. Editor: Madrid: Diego Diaz de la Carrera, impressor del Reyno. 1654.

CUNHA, Carolina. Ciência - o que o Brasil perdeu com o incêndio do Museu Nacional? Uol. Brasil. 2022. Disponível em:

<https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/ciencia-o-que-o-brasil-perdeu-com-o-incendio-do-museu-nacional.htm?cmpid=copiaecola> Acesso em: 16 nov. 2021.

COSTA, Waldson. Comerciante da cidade de Porto Calvo coleciona achados do Brasil Colonial. Portal G1. 11 mar. 2013. Disponível em:

<http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2013/03/comerciante-da-cidade-de-porto-calvo-coleciona-achados-do-brasil-colonial.html> Acesso em: 24 nov. 2021.

COSTA, João Craveiro. **História de Alagoas**. Maceió, Sergase 1985.

DIÉGUES JUNIOR, Manuel. **O engenho de açúcar no Nordeste**. Maceió: Edufal, 2006.

DIÉGUES JUNIOR, Manuel. **O banguê nas alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional**. 3. Ed. Maceió: Edufal, 2006.

DIÉGUES Junior, Manuel. **O engenho do açúcar no Nordeste**. Maceió: Edufal, 2006. (Coleção :Nordestina).

DIÉGUES JUNIOR, Manuel. **O banguê nas alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional**. - 3. Ed. Maceió: Edufal, 2006.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **O banguê nas Alagoas**. Maceió: Edufal, 1980.

DUARTE, Abelardo. **Notas sobre as fortificações holandesas em Alagoas in Revista do Instituto Histórico de Alagoas**. Vol. 24, 1945/6.

ESPÍNDOLA, Thomaz do Bomfim. **A geografia alagoana ou descrição física, política, política e histórica da província das Alagoas**. Maceió, Edições Cataventos 2001.

FREURE, Gilberto. **A presença do açúcar na formação brasileira Rio de Janeiro Ministério da Indústria e Comércio/Instituto do Açúcar e do Alcool**, 1975.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

GALVÃO, Olypio Eusébio de Arroxelas. Sucinta descrição do município de Porto Calvo. In Ver. Do instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano. Maceió, nº 16, vol. II Jun. 1883.

GUERRA, Flávio. **História colonial do Nordeste**. Rio de Janeiro. Ed. Record, 1970.

GUERRA, Flávio. **Uma aventura holandesa no Brasil**. Recife. Cia Editora de Pernambuco. 1977.

HORTA, M^a de Lorde Pereira A memória pública: os lugares de memória in Memória, Patrimônio e Identidade. Brasília / TV Escola Boletim 04, 2005.

JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a história do museu nacional in Memória, Patrimônio e Identidade. Brasília Instituto patrimonial. TV Escola Boletim 04, 2000. Disponível em: <https://silo.tips/download/apontamentos-sobre-a-historia-do-museu> Acesso em: 16 nov. 2021

LIMA, Tânia Andrade. **Um passado para o presente:** preservação arqueológica em questão. In Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Nº 87 2010.

LUNA, Mozart. Fortim de Porto Calvo está fora do Programa de revitalização do MTUR. **Gazeta Web**. 26 jun. 2020. Disponível em:

<http://meioambienteeturismo.blogspotagazetaweb.com/2020/06/26/alagoas-pede-inclusao-o-fortim-bass-no-programa-revive-e-revitalizacao/> 26 nov. 2021.

LUNA, Mozart. Fortim de Porto Calvo pode ser declarado patrimônio da Humanidade. **Gazeta Web**. 12 jul. 2020. Disponível em:

<http://meioambienteeturismo.blogspotagazetaweb.com/2020/07/12/mtur-deixa-de-fora-fortim-bass-de-porto-calvo-do-programa-de-restauracao/> Acesso em: 16 nov. 2021.

LIMA, Roberto Santos. **O indígena em Alagoas**. Maceió, UFAL/ Dep. de História, 1998.

LOPEZ, Luiz Roberto **História do Brasil colonial**. Porto Alegre, Ed. Mercado Aberto 1981.

MARAVALL, José Antonio. **A cultura do Barroco Análise de uma Estrutura Histórica**. São Paulo, Edusp. / Imprensa Oficial, 2010.

MENESES, José Mota; RODRIGUES, M^a do Rosario. **Fortificações Portuguesas no Nordeste do Brasil do século XVI a XVIII**. Recife, Editora Pool, 1986.

MIRANDA, Guedes de. **Holandeses em Porto Calvo**. Maceió Departamento Estadual de Cultura 1961.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Gente da nação:** Cristãos novos e judeus em Pernambuco (1542/1654). 2^a Edição, Recife. Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 1996.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O negócio do Brasil:** Portugal, países baixos e o Nordeste (1641/1669) sege d Rio de Janeiro TOPBook editora e distribuidora de livro e eliminados 1998.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos. Influência da Ocupação Holandesa na Vida e na Cultura do Norte do Brasil**. 2^a edição. Coleção Pernambucana. Governo do Estado de Pernambuco. Secretária de Educação e Cultura. Departamento de Cultura. Recife, 1978.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste (1630/1654)**. Rio de Janeiro, Forense Universitário. São Paulo. Ed. Univ. de São Paulo, 1975.

PEREIRA, Luiz de Araújo. **Meio natural alagoano:** aspectos Históricos. In Revista do instituto Histórico e Geográfico de Alagoas Maceió volume XLIII, 1991/2.

O QUE se sabe sobre o incêndio no Museu Nacional, no Rio. **Portal G1**. 04 set. 2018. Disponível em:

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/09/04/o-que-se-sabe-sobre-o-incendio-no-museu-nacional-no-rio.ghtml> Acesso em: 16 nov. 2021.

PAOLI, Maria Célia. CUNHA, Maria Clementina Pereira da (Org.). **Memória, história e cidadania: o direito ao passado**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura/ DPH. 1992.

POPULAÇÃO destrói construção em sítio arqueológico de Porto Calvo. Portal G1. 01 mar. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2016/03/populacao-destroi-construcao-em-sitio-arqueologico-de-porto-calvo.html> Acesso em: 16 nov. 2021.

PUNTONI, Pedro. **A guerra dos holandeses**. São Paulo, Ed. Ática 1995.

QUINTÃO, Angele Fresianri Bernardes. **Patrimônio natural, utilitarismo versus ética ecológica**. In Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Rio de Janeiro. Imprinta Gráfica e Editora Ltda 1984.

QUEIROZ, Álvaro. **A Igreja pelos caminhos da América latina**. Maceió Gráfica Bom Conselho 1992.

RODRIGUES, Valdomiro. Valdomiro Rodrigues: um dos principais representantes da criação das memórias coletivas portocalvense. Entrevista concedida a Ilvane Joventina da Costa Santos. Porto Calvo – AL., 2021.

SILVA, Leonardo Dantas. **Os Judeus trocam o Recife por Novas Terras in Os Holandeses em Pernambuco: uma história de 24 anos**. Recife Diário de Pernambuco. 05/ janeiro/2004.

SILVA, Maria Angelica da. (Org) CONSOLINI, Bárbara. et al. **O olhar holandês e o novo mundo**. Maceió, Edufal. 2011.

SILVA, Leonardo Dantas. **Para entender o Brasil holandês**. In Revista Continente: Documento. Recife, Cia. Editora de Pernambuco. 2002.

SANTOS. Decreto cria Parque Engenho São Jorge dos Erasmos com maior proteção ambiental. **Portal G1**. 30 set. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/decreto-cria-parque-engenho-sao-jorge-dos-erasmos-com-maior-protecao-ambiental.ghtml> Acesso em: 17 jan. 2022.

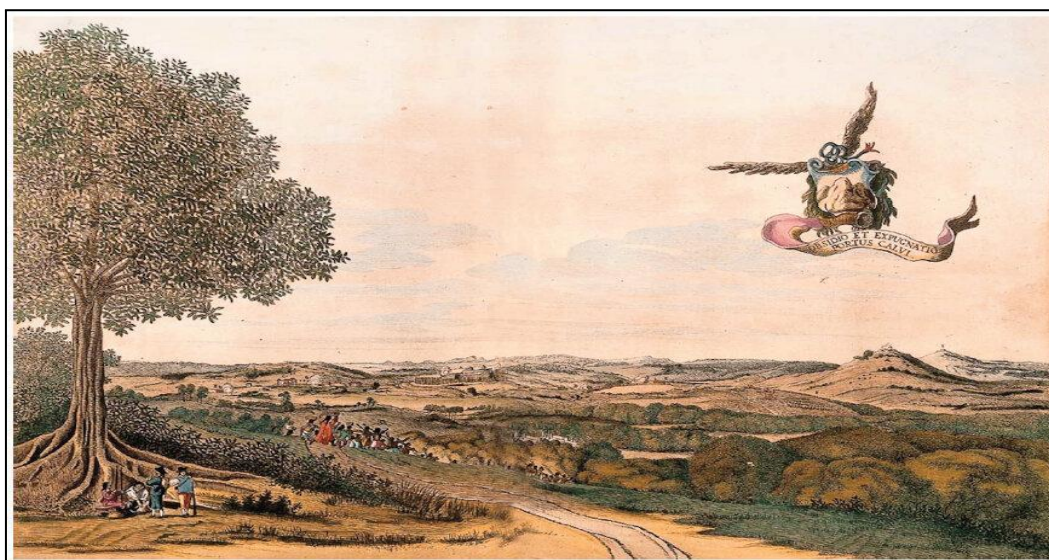
TENÓRIO, Douglas Apratto. **A presença holandesa: a história da guerra do açúcar vista por Alagoas**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2013.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **Reavaliação a figura de Calabar**. In Jornal Gazeta de Alagoas Maceió 04/08/1998 p. B-5.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **Caminhos do açúcar: Engenhos e Casas-Grandes das Alagoas** Maceió, 2ª Edição SEBRAE/AL. 2008

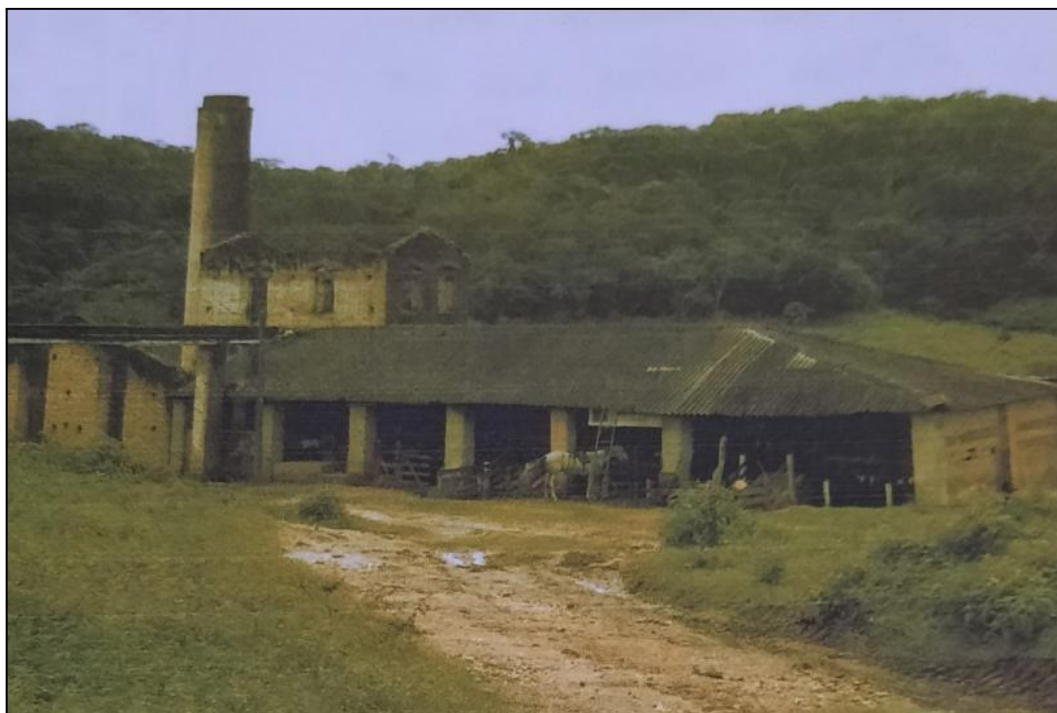
6. ANEXO A – Figuras

Figura 19 - Frans Post. Porto Calvo conquistado pelas tropas holandesas.



Fonte: Coleção do Instituto Ricardo Brennand (1637).

Figura 20- Porto Calvo: Engenho Água Fria.



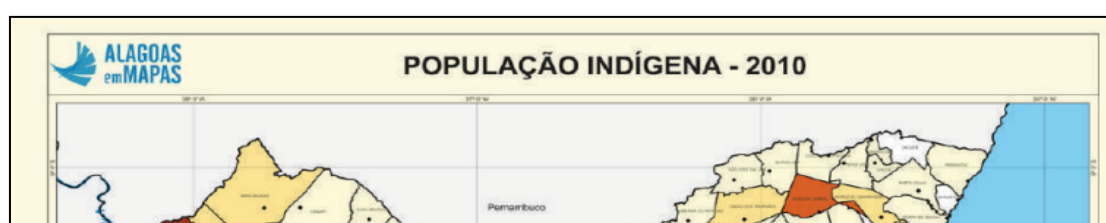
Fonte: Tenório (2010, p.191).

Figura 21 - Forte Bass.



Fonte: agencia alagoa governo do Estado de Alagoas,

Figura 22 – População indígena – 2010.



Fonte: Tenório (2017, p. 25).